



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE MEDICINA**

Maria Marília Carraro

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS
MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DA
REDE BÁSICA MUNICIPAL DE ENSINO DE
BAURU – SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília Pereira Binder

**Botucatu-SP
2015**

Maria Marília Carraro

**CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS
MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DA
REDE BÁSICA MUNICIPAL DE ENSINO DE
BAURU – SP**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do
título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora: Profa . Maria Cecília Pereira Binder

BOTUCATU

2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA SEÇÃO TÉC. AQUIS. TRATAMENTO DA INFORM.
DIVISÃO TÉCNICA DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - CÂMPUS DE BOTUCATU - UNESP
BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL: ROSEMEIRE APARECIDA VICENTE-CRB 8/5651

Carraro, Maria Marília.

Condições de trabalho e transtornos mentais comuns em
professores da rede básica municipal de ensino de Bauru-SP
/ Maria Marília Carraro. - Botucatu, 2015

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Medicina de
Botucatu

Orientador: Maria Cecília Pereira Binder
Capes: 40602001

1. Professores. 2. Saúde e trabalho. 3. Doenças
mentais. 4. Epidemiologia. 5. Saúde Pública.

Palavras-chave: Condições de trabalho; Epidemiologia;
Professores; Saúde do trabalhador; Transtornos mentais
comuns.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Maria Marília Carraro

Título: CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BAURU – SP

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Botucatu, para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Orientadora

Profa. Dra. Maria Cecília Pereira Binder
Instituição: Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP

Comissão examinadora

Prof. Dr. Adriano Dias
Instituição: Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP

Profa. Dra. Mara Alice Batista Conti Takahashi
Instituição: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Piracicaba-SP

Botucatu, 26/02/2015

DEDICATÓRIA

Aos **professores** que participaram deste estudo e a todos aqueles que escolheram a espinhosa e difícil missão de educar, assim contribuindo para que seus alunos tenham a oportunidade de uma vida melhor.

A meus pais, **Neuza e Benedito**, por todo o cuidado, dedicação e amor a mim destinados, pela educação e exemplo de como conquistar a vida com trabalho.

Ao meu querido irmão **Pedro** (in memoriam), pela beleza de sua alma, pela bondade e sabedoria de viver a vida com alegria, amor e simplicidade.

A meus irmãos, **Marco e Andreia** pela convivência saudável, respeitosa, carinhosa e pelo apoio recebido nos momentos importantes.

Aos meus sobrinhos, **Gabriel**, pela alegria e amor que trouxe na vida de todos nós e à **Jéssica e Tiago**, pela integridade e luta na superação das dificuldades.

Ao companheiro **Alberto**, pelo seu amor, dedicação e constantes esforços para me auxiliar e pela paciência de saber esperar.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento Especial

À estimada professora **Dra Maria Cecília Pereira Binder**, a minha imensa gratidão por me possibilitar a realização deste sonho, pelo aprendizado a mim proporcionado, bem como, pelo grande empenho, seriedade e disponibilidade demonstrados durante a elaboração deste trabalho.

À secretária de educação de Bauru - SP, professora **Drª. Vera Regina Casério**, pelo empenho na área visando atender às determinações do Plano Nacional de Educação no município e pela indispensável colaboração à autora, possibilitando a realização deste estudo.

Aos **diretores e equipe** das escolas em que este estudo se desenvolveu, pelo acolhimento, atenção e colaboração durante a fase de campo desta pesquisa.

Agradecimentos

Ao Professor **Adriano Dias**, minha consideração por todo o auxílio prestado e pelas importantes recomendações que contribuíram para o enriquecimento deste estudo.

À professora **Maria Cristina Pereira Lima**, pela disponibilidade de atender minhas variadas solicitações durante o desenvolvimento deste trabalho.

À professora **Ana Teresa de Abreu Ramos Cerqueira**, pela relevância da sua contribuição no meu aprendizado que auxiliou nesta minha jornada.

Ao professor **José Eduardo Corrente**, pela assistência e realização da análise estatística dos resultados obtidos neste estudo.

Ao professor e amigo **Mauro Gouveia Jr.**, meu respeito, admiração pelo seu trabalho e minha gratidão pelo incentivo e persistência em me conduzir para o campo da pesquisa científica.

Ao professor **Naul Antonio Buchignani Filho**, pela grandeza de seus ensinamentos, pelo exemplo de educador e pelos anos dedicados àqueles que estão no caminho do aprendizado e essencialmente, por ensinar o compromisso, o companheirismo, a compaixão e o amor perante a vida.

À minha grande amiga **Cibele Andrade Ussuna**, pela sua preciosa amizade, carinho e colaboração inestimável neste estudo.

À minha prima **Geórgia Acosta**, pela presteza e dedicação em digitar os resultados deste trabalho.

Ao **Wagner Barboza**, do departamento de Saúde Pública, pela atenção e disponibilidade, ajudando a resolver os vários problemas surgidos na utilização do programa Excel.

À **Luciana Pizzani**, bibliotecária do Campus de Botucatu – Unesp, pela correção das referências utilizadas neste estudo.

Ao querido amigo **Wilson Santos Andrade**, agradeço profundamente pelo importante apoio e orientações que amenizaram as minhas dificuldades possibilitando a continuidade e conclusão deste trabalho.

À **Secretaria de Administração de Bauru**, nas pessoas de Lucinéia de Oliveira, Zenir Alvarenga Correa, Perla S. Celli, Silvia Saggioro, Angélica Cardoso, e outros, pelo importante apoio recebido.

RESUMO E ABSTRACT

CONDIÇÕES DE TRABALHO E TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE ENSINO DE BAURU - SP

Estudo de corte transversal realizado - após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da FMB – UNESP, entre a população de professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru – SP. Dos 396 professores em exercício de atividades de ensino nas dezesseis escolas municipais de ensino fundamental, 374 participaram do estudo. A coleta de informações, efetuada de agosto a dezembro de 2013, foi realizada por meio de questionário auto-aplicado e não identificado. Composto por 72 itens, o questionário abordou aspectos sócio-demográficos e do trabalho, bem como a ocorrência de transtornos mentais comuns. Dentre os aspectos do trabalho investigou-se o grau de satisfação no trabalho. Foram avaliadas também as demandas psicológicas no trabalho, o grau de controle do trabalhador sobre seu trabalho e o grau de suporte social no trabalho, tendo-se utilizado para tanto o *Job Content Questionnaire*, JCQ, segundo o modelo de Karasek. A ocorrência de transtornos mentais comuns, TMC, foi investigada por meio do *Self Reporting Questionnaire (SRQ-20)*. Os aspectos sócio-demográficos e do trabalho constituíram as variáveis de exposição e os transtornos mentais comuns, a variável de desfecho. Os resultados obtidos foram analisados por meio de regressão logística múltipla. Observou-se prevalência de 36% de TMC. No ajuste do modelo de regressão logística condicional múltipla permaneceram associados à ocorrência de TMC ter idade de 25 a 39 anos, possuir dependentes, não acreditar ser possível permanecer no emprego sem muitas dificuldades e por muitos anos mantidas as mesmas condições de trabalho, bem como enquadrar-se nas situações de trabalho ativo e de alto desgaste. A elevada prevalência de TMC entre os professores indica necessidade de intervenção do poder público municipal visando melhorar as condições de trabalho e de saúde mental dos professores do ensino fundamental das escolas municipais de Bauru – SP.

ABSTRACT

WORK CONDITIONS AND COMMON MENTAL DISORDERS AMONG SCHOOL TEACHERS FROM OF THE CITY OF BAURU, SAO PAULO STATE

Cross-sectional survey, undertaken after approval by the Committee of Ethics in Research of the Faculty of Medicine Botucatu – UNESP, on first grade school teachers employed by the local education authority of the city of Bauru, Sao Paulo state. Out of a total of 396 active teachers from sixteen local authority schools, 374 participated in the study. The data was collected from August to December 2013 using an anonymous self-reporting questionnaire. Consisting of 72 items, the survey covered socio-demographic and occupational factors, as well as the occurrence of common mental disorders (CMD), and the degree of job satisfaction. Work related psychological demands were also evaluated, as well as the degree of control by teachers in relation to their own work and the social support received in work, utilising the *Job Content Questionnaire* (JCQ), according to Kasarek's model. The occurrence of common mental disorders, CMD, was investigated through the *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20). The socio-demographic and occupational factors comprised the exposure variables, and the common mental disorders the conclusion variable. The results were analysed through the use of multiple logistic regression. It has been observed a frequency of 36% of CMD. In the adjustment of the logistical regression of multiple conditions model, the following characteristics remained associated with the occurrence of common mental disorders, to be aged between 25 and 39, have dependents, not to believe to be able to remain in work without too many difficulties and for many years with the same work conditions, as well as to be part in and highly stressing active work situations. The high prevalence of CMD amongst teachers suggests the need for public intervention by the local authority with the aim of improving the work conditions and mental health of the teachers in municipal schools in Bauru – São Paulo state.

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

ÍNDICE DE FIGURAS

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Estabelecimentos de ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP segundo situação funcional dos professores, adesão ao estudo, número de alunos e média de alunos por professor.	48
Tabela 1	Professores do ensino fundamental da Secretaria de Educação de Bauru – SP, de acordo com as variáveis sócio-demográficas.	58
Tabela 2	Distribuição dos professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, segundo características e opiniões sobre o trabalho.	59
Tabela 3	Distribuição dos professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, segundo opiniões sobre alguns aspectos do trabalho.	60
Tabela 4	Professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, distribuídos segundo modelo de Karasek.	61
Tabela 5	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, segundo variáveis sócio-demográficas.	63
Tabela 6	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, de acordo com variáveis do trabalho.	64
Tabela 7	Transtornos mentais comuns em professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, segundo situação de trabalho definida de acordo com o modelo de Karasek.	65
Tabela 8	Variáveis de exposição que permaneceram no modelo de regressão logística condicional múltipla que se mantiveram associadas à ocorrência de transtornos mentais comuns (TMC).	67

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1	Esquema demanda-controle segundo Karasek.	53
Figura 2	Transtornos mentais comuns entre professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, segundo situação de trabalho de acordo com o modelo de Karasek.	62
Figura 3	Distribuição dos professores segundo as pontuações obtidas para demandas psicológicas e grau de controle sobre o trabalho de acordo com o Modelo de Karasek.	66

SUMÁRIO

SUMÁRIO

Preâmbulo	17
1. Introdução.....	19
1.1. Mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e educação	19
1.2. Condições de trabalho e processo saúde-doença entre professores	27
1.3. Satisfação no trabalho e processo saúde-doença	34
1.4. Situação de trabalho segundo o modelo de Karasek	38
1.5. Transtornos mentais comuns	39
2. Justificativa	42
3. Objetivos.....	44
4. Metodologia	46
4.1. Caracterização de Bauru - SP e de sua rede de ensino	46
4.2. Método.....	47
4.2.1. Casuística	47
4.2.2. Procedimentos.....	49
4.2.3. Instrumentos de pesquisa.....	50
4.2.4. Análise dos dados	56
5. Resultados.....	58
6. Discussão	69
6.1. Características sócio-demográficas.....	69
6.2. Alguns aspectos do trabalho	71
6.3. Satisfação no trabalho	74
6.4. Modelo demanda-controle-suporte	74
6.5. Transtornos mentais comuns	78
7. Considerações finais.....	86
8. Referências.....	89
Apêndice.....	95
Anexos.....	97
1. Comprovante de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa	97
2. Carta de esclarecimento aos professores.....	98
3. Termo de consentimento livre e esclarecido	99
4. Questionário.....	100

PREÂMBULO

Minha atenção para a saúde do trabalhador, em especial para da saúde dos professores da Secretaria Municipal de Educação de Bauru, foi despertada no exercício da função de psicóloga da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Bauru, atuando na Seção de Serviço Social da Divisão de Apoio ao Servidor. A partir de 2010, nessa função aproximei-me das numerosas e variadas dificuldades enfrentadas pelos servidores (problemas de saúde física e mental, problemas relacionados ao trabalho – absenteísmo, afastamentos, sobrecarga de trabalho, dificuldades de adaptação e de relacionamento interpessoal).

Em relação à área educacional, especialmente às demandas dos professores da rede de ensino municipal, o contato foi, sobretudo, com os profissionais já diagnosticados como portadores de transtornos mentais, assim como os que se queixavam de estresse no trabalho, agressões por alunos, dificuldades para lidar, entre outros, com problemas de disciplina, de comportamento em sala de aula, de aprendizado do alunado. Sobrecarga de trabalho que, inclusive, implicava invasão do tempo que deveria ser dedicado à família e ao lazer por atividades escolares, também fazia parte do conjunto de queixas.

Professores dedicados e com anos de experiência ao defrontar-se com graves problemas vivenciados por alguns de seus alunos (ser vítima de violência doméstica e maus tratos, por exemplo), referiam ser emocionalmente afetados. Além disso, relatavam se sentir frustrados por ter dificuldades e/ou não conseguir despertar o interesse e contribuir para a melhoria do desempenho dos alunos.

Diante disso, foi se delineando um quadro que me pareceu importante aprofundar, o que acabou desembocando neste estudo, centralizado na investigação de ocorrência de transtornos mentais, assim como em aspectos do trabalho dos professores que atuam no ensino fundamental da rede pública municipal de Bauru – SP.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e Educação

Ao longo do tempo, o trabalho tem sofrido profundas mudanças, não somente na maneira de ser pensado, mas, também, na forma de ser executado, estreitamente relacionada às condições sociais e históricas do meio em que vivemos (BORGES; YAMAMOTO, 2004).

As mudanças ocorridas nas últimas décadas, associadas às crises do sistema capitalista, trouxeram transformações econômicas e sociais que afetaram o mundo do trabalho, particularmente sua organização e gerenciamento. Landini (2007) aponta que a organização do trabalho apresenta como importantes características a racionalização, a parcelarização e a rotinização, gerando um processo de ruptura entre o trabalho enquanto realização humana e enquanto mercadoria.

Nesta perspectiva, Seligmann-Silva (2013) menciona estudos que revelaram as relações entre as formas de gestão e organização do trabalho e o surgimento de transtornos psíquicos. A citada autora também faz referência ao reconhecimento da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o papel do trabalho nas alterações da saúde mental e aponta o aumento de estudos epidemiológicos que tem evidenciado esses aspectos. Além disso, destaca a sociogênese e agravos dos processos psicopatológicos que são constituídos, desenvolvidos e manifestados no contexto da globalização, das múltiplas transformações na estrutura e dinâmica social de diversas esferas e instituições ocorridas no cenário mundial.

Cabe ressaltar os efeitos nefastos sobre os serviços públicos, com destaque para o setor saúde e setor educação, das diretrizes emanadas de instituições financeiras como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI), claramente explicitadas em 1989 no Consenso de Washington (Estado mínimo, economia sem intervenção estatal, deixada ao sabor do “mercado”, flexibilização de direitos dos trabalhadores, rígido controle dos gastos públicos, implicando cortes de gastos sociais).

Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), aos avanços ocorridos no período denominado por Hobsbawn (1995) décadas de ouro do capitalismo, ou seja, de 1950 a 1970, caracterizadas por inclusão social de parcelas de trabalhadores até então marginalizadas, seguiu-se

período marcado por retrocessos de conquistas e de crescente precarização do trabalho. Para essas autoras trata-se de

“processo complexo, pois mantém a relação capital/trabalho em sua essência, ao tempo em que transmuta as suas formas de existência. Ou seja, forja mudanças epidérmicas, de superfície, através de diferenciados estatutos de trabalhadores que camuflam a relação essencial capital/trabalho, confundindo as figuras sociais básicas representativas – empregado e empregador – que norteiam a vigência e a aplicação das leis trabalhistas. Neutraliza e anula a regulação social do trabalho (com a consequente perda de direitos conquistados pelos movimentos sociais anteriormente), naturalizando o trabalho precário, banalizando a injustiça social e a violência no trabalho (principalmente, a violência psicológica). Dissemina uma era de precarização social e de trabalho socialmente desagregador, terreno fértil para o sofrimento e o adoecimento dos indivíduos, configurando o trabalho patogênico. A precarização passou a ser um atributo central do trabalho contemporâneo e das novas relações de trabalho, apresentando múltiplas faces e dimensões.” (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 230).

Para Antunes e Alves (2004), as transformações no mundo do trabalho afetaram significativamente a “classe-que-vive-do-trabalho”, conforme denominação de Antunes (1995, 1999), e consistiram fundamentalmente em aumento da fragmentação e da precarização do trabalho, do desemprego e subemprego, propiciada pela flexibilização das leis trabalhistas, com consequente perda do sentido do trabalho para os sujeitos. Isso implicou forte redução da força de trabalho com empregos formais e aumento das formas de trabalho desregulamentadas, terceirizadas, em tempo parcial, bem como progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho, dentre outras mudanças.

Antunes e Alves (2004) assinalam que tais transformações possibilitam identificar várias clivagens, dentre as quais, trabalhadores estáveis / trabalhadores precários; homens / mulheres; jovens / idosos; nacionais / imigrantes; brancos / negros; qualificados / desqualificados; incluídos / excluídos. E, no tocante aos sindicatos, implicaram alterações que configuram tendência sindicalista *neocorporativa*, ou seja, sindicatos de trabalhadores que defendem os interesses dos estáveis, diretamente ligados aos sindicatos, o que dificulta o desenvolvimento e a consolidação da consciência de classe, bem como do sentimento de pertencimento.

Libâneo (2010) assinala coincidência temporal entre reformas educativas e mudanças no sistema capitalista mundial, com ênfase para a reestruturação produtiva, com consequências sociais e impactos ambientais negativos.

Segundo Oliveira (2000), a partir da década de 90, essas mudanças, particularmente a globalização da economia e a reestruturação da produção acompanharam-se de intensificação dos debates a respeito do padrão de qualificação da educação a ser exigido nesses novos contextos. Para essa autora, economia e educação estão imbricadas e as reformas educacionais da década de 90 do século passado apresentaram como elemento comum a preocupação em propiciar à população a educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), com destaque ao ensino fundamental, implicando exigência de elevação dos níveis de escolarização visando atender às necessidades do mercado formal de trabalho.

Embora na Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) tenham emergido preocupações no sentido de oferecer uma educação dirigida para a equidade social, Oliveira (2000) questiona qual seria o entendimento que se deveria ter em relação à equidade – tanto social como educacional - e em que medida e por quais mecanismos ela teria sido promovida. Portanto, no contexto de mudanças da economia mundial, a educação passa a ter caráter mercadológico, direcionada à lógica de produção capitalista.

Também para Falsarella (2004), as mudanças políticas e econômicas, decorrentes da nova configuração econômica mundial, ocorridas na América Latina a partir da década de 90, influenciaram as propostas de políticas sociais e de programas educacionais, principalmente no que se refere à descentralização administrativa, redistribuição de verbas e maior autonomia para as escolas.

De acordo com Oliveira (2004), a formação dos indivíduos passou a focalizar a empregabilidade no sentido de emprego formal e regulamentado, exigindo reestruturação do trabalho nas escolas e profundas transformações de objetivos, funções e organização da educação escolar. Assim, para essa autora, houve mudanças das configurações das redes educacionais, tanto no tocante

a aspectos físicos, como organizacionais, fundamentados em princípios de produtividade, eficácia, eficiência e excelência. Também significou, para os trabalhadores da educação, flexibilização das relações de trabalho, com aumento da precarização, afetando a gestão escolar e as condições de trabalho nas escolas.

Segundo Assunção e Oliveira (2009), os profissionais da educação passam a ser submetidos a novas exigências, que implicam maior responsabilização, capacidade de resolver problemas *in loco*, refletir sobre a sua realidade e exercer sua atividade coletiva e cooperativamente.

Segundo Saviani (2008), as políticas educacionais fazem parte das políticas sociais, e referem-se às medidas adotadas pelo Estado em relação aos rumos a ser seguidos pela educação no país. No âmbito do sistema capitalista, baseado na propriedade privada dos meios de produção e na apropriação privada do que é produzido coletivamente - e tendo o Estado (Estado capitalista) como regulador -, as políticas sociais tenderão a sofrer restrições orçamentárias e subordinação aos ditames da política econômica que atende aos interesses do grande capital.

Dessa forma, as políticas públicas, mesmo partindo de necessidades concretas e respondendo em parte a essas necessidades, sofrem de incapacidade para resolvê-las. Tal situação configura lógica que estabelece um círculo vicioso, cujo rompimento implica interromper este círculo, por meio da definição da educação como prioridade social e política, a ser traduzida no nível de investimentos no setor (SAVIANI, 2008).

Também Landini (2007) considera que a educação passa a se orientar no sentido de atender exigências do mercado de trabalho e, em função disso, o trabalho do professor sofre alterações em termos de objetivos, finalidades e forma de organização, conforme as políticas educacionais vigentes. Para essa autora, esse processo pode conduzir à perda de autonomia e à desqualificação do trabalho dos professores, ocasionando-lhes problemas de saúde sofrimento e, até mesmo, abandono da profissão. Além disso, tanto a qualidade de vida como a qualidade de ensino são prejudicados face à redução do número de profissionais, aumento do número de alunos por sala de

aula, precariedade de recursos, expectativa de elevada produtividade, desvalorização social e econômica, realização de atividades administrativas que muitas vezes se estendem além do horário escolar, ampliando a jornada de trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996 (Lei n. 9.394/96), é considerada a lei maior da educação no Brasil, ou a “carta magna da educação”, que estabelece as linhas mestras do ordenamento geral da educação brasileira, segundo Saviani (2008).

Para Celso Kelly (apud SILVA, 1999), deve-se entender por diretrizes *“finalidades e objetivos da educação, desde os políticos e cívicos até os pedagógicos e didáticos: são as diretrizes da política educacional, seja exercida por quem quer que o faça, em iniciativa pública ou privada”*. E as bases, *“correspondem aos meios ou recursos”*, cabendo ressaltar que devem ser considerados os vários níveis – de locais ou municipais até federais.

Saviani (2008) aponta o Plano Nacional da Educação, PNE, Lei n. 10.172/2001 como sendo a principal medida de política educacional decorrente da LDB, por seu caráter global e abrangente (metas a serem atingidas em dez anos, limite de tempo definido pela própria LDB).

Trata-se de plano que define objetivos e prioridades, considerando:

- a elevação global do nível de escolaridade da população;
- a melhoria do ensino;
- a redução das desigualdades sociais e regionais em relação ao acesso e permanência, com sucesso, do ensino público;
- a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, por meio da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares e equivalentes (SAVIANI, 2008).

Para Santos (2008) a Lei de Diretrizes e Bases da Educação constituiu grande passo direcionado à melhoria da qualidade de ensino, inclusive no que se refere à formação dos professores e suas condições de trabalho.

Entretanto, para Saviani (2008), em virtude da limitação de recursos financeiros destinados à educação e a insuficiente capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação de qualidade, as prioridades previamente estabelecidas no plano ficam restringidas a:

- garantia de ensino fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão do ensino;
- garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino – a educação infantil, o ensino médio e a educação superior;
- valorização dos profissionais da educação;
- desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Além desses aspectos, a o Plano Nacional de Educação também definiu as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação; as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos dez anos.

Saviani (2008) assinala que, aprovado o Plano Nacional de Educação, no tocante à universalização do atendimento da clientela do ensino fundamental, ficou estabelecido que, em regiões nas quais fossem evidenciadas necessidades de programas específicos, estes seriam efetuados com a colaboração da União, Estados e Municípios, com ampliação da duração do ensino fundamental obrigatório para nove anos e com o início aos seis anos de idade. Isso, à medida que fosse sendo

universalizado o atendimento na faixa de 7 a 14 anos de idade. Outros aspectos importantes dizem respeito à participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando conselhos escolares ou órgãos equivalentes, assim como cumprimento de carga horária semanal efetiva dos cursos diurnos de, pelo menos, 20 horas e prevendo-se ampliação progressiva visando expandir a jornada escolar até atingir tempo integral (pelo menos sete horas diárias), com previsão de professores e funcionários em número adequado. Segundo o autor, por tratar-se de metas gerais para o conjunto da Nação, seria necessário adequá-las às especificidades locais, bem como a definição de estratégias adequadas a cada circunstância, isto é, elaboração de planos estaduais e municipais.

Neste contexto, em 2009 a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, aponta entre outros aspectos, a Lei 11.114/05 que altera a LDB e torna obrigatória a matrícula das crianças de 6 anos de idade no ensino fundamental e a Lei n. 11.274/06, que amplia o ensino fundamental para nove anos de duração e determina prazo de implantação até 2010.

Assim, o Plano Nacional de Educação torna-se referência privilegiada para avaliar a política educacional e o que, *realmente*, o governo está considerando prioritário. Como assinalado em parágrafos precedentes, Saviani (2008) pontua que, submetido à lógica capitalista, carências e limitações do setor da educação passarão pelo crivo mercadológico, pois, afinal trata-se de um Estado capitalista. Em outras palavras, as políticas sociais subordinar-se-ão aos ditames da política econômica.

Carneiro (2012) aponta o surgimento da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação como geradora de intranquilidade nos profissionais da educação, em virtude de exigências de novas normas e de novos caminhos para operacionalização das práticas escolares. De acordo com esse autor, a implementação dessa lei requer, entre outros, que se estabeleça consenso social mínimo, suporte político satisfatório, bem como instrumentos adequados de controle de etapas e resultados. Considerando tais aspectos, esse autor considera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação limitada em termos de resolver os problemas da educação brasileira, sobretudo por tratar-se de lei única para país

marcado pela heterogeneidade.

Segundo Barroso (2004), a formação dos professores deve levar em consideração as mudanças dos contextos de trabalhos, principalmente no que se refere aos modos de organização pedagógica e à dimensão comunitária da escola como espaço público, visando contribuir para a melhoria das relações entre as pessoas e o sentido do seu trabalho. Em relação à complexidade representada pelas novas e múltiplas atividades sociais que passaram a ser efetuadas no âmbito da escola, dentre outras, animação, guarda, alimentação, lazer, convívio e apoio social, ação comunitária, seja formal ou informal, o autor assinala que seu desenvolvimento decorreu mais de demandas e necessidades do que por opção do poder público e, ou dos professores. Trata-se de situação que representa grau não negligenciável de indefinição e confusão, muitas vezes tornando os professores, além de educadores e formadores, familiares, parceiros, técnicos sociais e de saúde, animadores. E as escolas, lar, cantina, associação, centro cívico, clube recreativo, oficina etc. Nesse cenário, contraditoriamente, os professores passaram a ser responsabilizados pelas insuficiências e fracassos da escola e das mudanças ou reformas.

Para Coutinho e Lisboa (2011), as características dos sistemas educacionais do século XXI, numa sociedade em que o fluxo de informação é vasto e abundante, deveriam privilegiar a construção do conhecimento, de forma que o professor não seja mero repetidor de informações, mas mediador de aprendizagem, o que ultrapassa as instituições escolares, podendo efetuar-se em diferentes contextos informais por meio de conexão na rede global (internet). Para tanto, o professor, além de preparo tecnológico, deve ter preparo pedagógico para realizar leitura crítica das informações que se apresentam desorganizadas e difusas na rede. Dessa forma a escola é desafiada a desenvolver alunos capazes de participar e interagir num mundo global, caracterizado por elevada competitividade.

1.2. Condições de trabalho e processo saúde-doença entre professores

Inicialmente, serão apresentados alguns aspectos do trabalho docente, de acordo com colocações de Maurice Tardif e Claude Lessard (2007), professores de duas universidades canadenses internacionalmente renomadas na área da Educação.

“A docência, como qualquer trabalho humano, pode ser analisada inicialmente como uma atividade. Trabalhar é agir num determinado contexto em função de um objetivo, atuando sobre um material qualquer para transformá-lo através do uso de utensílios e técnicas. No mesmo sentido, ensinar é agir na classe e na escola em função da aprendizagem e da socialização dos alunos, atuando sobre sua capacidade de aprender, para educá-los e instruí-los com a ajuda de programas, métodos, livros, exercícios, normas etc.” (TARDIF; LESSARD, 2007, p. 49)

Esses autores consideram que tal análise pode ser efetuada de dois pontos de vista que se complementam: (a) focando as estruturas organizacionais que, de várias formas, condicionam como a atividade é realizada de fato, uma vez que o ensino constitui um trabalho regulamentado, mas que exige iniciativa dos participantes do processo de aprendizagem, bem como certo grau de autonomia; (b) focando as interações contínuas que ocorrem

“no processo concreto de trabalho, entre o trabalhador, seu produto, seus objetivos, seus recursos, seus saberes e os resultados do trabalho”. (p. 49)

De acordo com os dois pesquisadores canadenses, o trabalho dos professores pode ser analisado por meio de variáveis que caracterizam quantitativamente o ensino no âmbito do quadro legal no qual é desenvolvido, ou seja, tempo de trabalho, número de alunos por classe, salário do professor etc. Entretanto, salientam que a análise do trabalho docente não deve limitar-se à descrição com base em tais variáveis, sendo indispensável verificar como os professores lidam com as prescrições, se as assumem e as transformam em recursos em função de suas necessidades profissionais e de seu contexto cotidiano de trabalho.

Quanto às cargas de trabalho, Tardif e Lessard (2007) chamam a atenção para sua complexidade, dado que envolvem não só fenômenos que podem ser quantificados, como também outros para os quais isso não é possível. Dentre os aspectos a considerar estão:

- condições materiais e ambientais da escola tais como instalações físicas e recursos disponíveis (equipamentos de informática, bibliotecas, condições de transporte, recursos financeiros);
- condições sociais (localização da escola – região mais ou menos violenta -, situação socioeconômica dos alunos e suas famílias etc.);
- fatores relacionados ao objeto de trabalho (tamanho das turmas, a diversidade das clientela, a presença de alunos com necessidades especiais e, ou com dificuldade de adaptação e de aprendizagem, idade, sexo e nível de maturidade dos alunos);
- fatores da organização do trabalho (tempo de trabalho, o número de matérias a dar, o vínculo empregatício, diversidade de tarefas além de ensino etc. implicando atividades à noite, nos fins de semana, nas férias, etc.);
- exigências formais ou burocráticas a cumprir (observância de horários, avaliação de alunos, atendimento aos pais, reuniões obrigatórias, tarefas administrativas etc.);
- modos como professores lidam com essas condições e estratégias que elaboram para executá-las ou evitá-las.

Idade, sexo, tempo na profissão, experiência, percepção do papel que desempenham são variáveis que, segundo Tardif e Lessard (2007) devem ser consideradas e, principalmente, no caso das mulheres – que compõem a maioria da força de trabalho na Educação, a questão da dupla jornada de trabalho.

Segundo Araújo e Carvalho (2009), as primeiras pesquisas realizadas no Brasil sobre condições de trabalho e saúde dos professores surgiram na década de 90 do século passado, com destaque para problemas relacionados à voz, ao sistema osteomuscular e à saúde mental.

A violência no âmbito escolar constitui importante fator a ser considerado em relação à saúde mental dos professores. Segundo Costa (1984) apud Batista e El-moor (2002), violência é

definida por como “*emprego desejado de agressividade com fins destrutivos*”. Nas escolas, pode ser expressa por meio de roubos e vandalismos, agressões interpessoais, com efeitos deletérios na qualidade de ensino.

Em estudo com professores da educação básica do estado de São Paulo, efetuado por meio de análise coletiva do trabalho, Ferreira et al. (2009) constataram que, precariedade das condições de trabalho, jornadas longas e estafantes, atividades burocráticas e extraclasse, desvalorização profissional, baixos salários e adoecimento foram as principais dificuldades referidas por esses profissionais.

Estudo qualitativo efetuado por Gomes e Brito (2006) revelaram que os professores de ensino médio entrevistados atribuíam as dificuldades enfrentadas a fatores como diversidade e variabilidade no trabalho, dentro e fora da escola. Para as autoras, trata-se de efeitos de mudanças na educação ocorridas em décadas recentes, impulsionadas por novas exigências de transformações ocorridas no sistema de produção capitalista.

Também Contreiras (2002) considera que as reformas na Educação implicaram não apenas mudanças na organização e no conteúdo das práticas educativas, mas também nas formas de pensar a Educação. Considera também que a autonomia do professor, que constitui aspecto relevante do processo ensino-aprendizagem, deve ser preservada no contexto de trabalho dos docentes. Entretanto, considera que, nas últimas décadas, as formas de escolha da literatura pedagógica e de formulação de políticas educacionais tem implicado perda de autonomia desses profissionais, apontando a necessidade de ampliar seus limites de decisão. E mais, para Contreiras (2002), o ensino não pode ser definido apenas pelo que ocorre na sala de aula, uma vez que a docência é *também* definida por suas aspirações. Nesse sentido, como já assinalava Silvany-Neto et al. (2000), autonomia no planejamento do trabalho, assim como boa relação com colegas, satisfação no desempenho das atividades, existência de banheiro privativo e de espaço físico para descanso são considerados aspectos positivos pelos professores.

Condições de trabalho docente e absenteísmo por doença, com destaque para transtornos psíquicos apresentaram-se associados em estudo realizado por Gasparini, Barreto e Assunção (2005). Para esses autores, não tem ocorrido somente mudanças no trabalho docente em si, mas também no ambiente escolar, permeado pela crescente violência do cotidiano. A escola progressivamente tem deixado de ser segura e protegida, o que constitui importante fator de estresse para alunos e profissionais da educação. Influenciadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre outros aspectos, as transformações na organização do trabalho docente tem modificado a atividade de ensinar, implicando novas exigências e competências, gerando maior sobrecarga de trabalho. Gasparini, Barreto e Assunção (2006) observaram associação entre ser vítima de violência no âmbito escolar e ocorrência de transtornos mentais comuns entre professores do ensino fundamental de Belo Horizonte.

Volume de trabalho, precariedade das condições existentes; diversidade e complexidade de questões que emergem em sala de aula, expectativa social de excelência, dentre outros, são aspectos que podem estar na origem de queixas e de adoecimento, com realce para os transtornos mentais. E particularmente os professores integram grupo com elevado grau de risco para sofrimento/desgaste psíquico¹.

Em Florianópolis-SC, Siqueira e Ferreira (2003), por meio de análise de prontuários, constataram que a quarta causa de afastamento de professores da rede pública de ensino fundamental da cidade foram os transtornos psíquicos.

Em pesquisa com professores do ensino fundamental em João Pessoa (PB), Neves e Seligmann-Silva (2006) observaram que relações hierárquicas, jornadas de trabalho excessivas, dificuldade em controlar os alunos na classe, baixos salários, trabalho progressivamente desqualificado e não socialmente reconhecido constituem características que contribuem para vivências de sofrimento desses profissionais. Essas autoras observaram que o sofrimento / desgaste mental das professoras

¹ Alguns autores tem utilizado a expressão *sofrimento psíquico* enquanto outros, particularmente Seligmann-Silva, tem preferido *desgaste psíquico*.

que participaram do estudo manifestavam-se por meio de sintomas, dentre outros, de irritação, ansiedade, angústia, depressão, desânimo, sensação de impotência, fadiga, distúrbios do sono, cefaléias frequentes, distúrbios digestivos. E, para as autoras, o envolvimento afetivo característico da atividade do professor implica custo emocional elevado.

Neves e Seligmann-Silva (2006), em estudo realizado entre professores de João Pessoa (PB) consideraram que a desvalorização do trabalho e a perda de autonomia, ainda que relativa, afetaram a autoestima e a identidade dos professores, acreditando que os sinais de sofrimento que apresentaram relacionavam-se principalmente ao descontentamento e com a falta de sentido de seu trabalho. Nesse estudo, as professoras também se queixaram das dificuldades de controlar os alunos em classe, de modo a garantir que o ambiente fosse propício ao processo de ensino-aprendizagem. Para essas autoras, ausências e saídas frequentes da classe, faltas ao trabalho, comportamentos individualistas e desengajamento afetivo e cognitivo constituem indicações de sofrimento / desgaste mental no trabalho e consideram que tais comportamentos constituem mecanismos de defesa psicológica.

Para Seligmann-Silva (2013), os mecanismos de defesa psicológica individual e estratégias coletivas de defesa são fatores que amenizam o sofrimento e podem retardar o surgimento de transtornos mentais. No entanto, diante do acúmulo dos desgastes, os mecanismos de defesas são rompidos, ocasionando sofrimento e/ou manifestações de transtornos mentais.

Para Codo e Gazzotti (2002), atividades que implicam demandas afetivas elevadas exigem maior investimento de energia afetiva / psíquica e, portanto, requerem estabelecimento de vínculo afetivo, essencial para a promoção do bem-estar do outro. Em educação o estabelecimento de vínculo afetivo com o aluno é fundamental. No entanto, a presença de alguns mediadores externos e/ou internos podem levar ao enfraquecimento ou à ruptura desse vínculo. Nesse caso, não haverá retorno adequado da energia investida pelo professor, o que poderá gerar sofrimento e se manifestar por meio de somatizações e, ou alterações emocionais.

Do exposto nos parágrafos precedentes, os principais fatores que dificultam o desempenho profissional dos professores são de várias ordens, dentre os quais os mais importantes são: uso constante da voz, presença de ruído, realização de movimentos repetitivos, grau elevado de estresse, trabalho monótono e repetitivo, exigências físicas e mentais elevadas, exposição a poeira de giz, necessidade de permanecer longos períodos em pé, ter de curvar-se várias vezes ao longo da jornada diante das carteiras dos alunos, desgaste nas relações com alunos, ambiente conturbado e ou violento, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo de trabalho acelerado, inexistência / insuficiência de materiais e equipamentos, salas de aula inadequadas, falta ou inadequação de locais de repouso e para alimentação, instalações sanitárias precárias (SILVANY-NETO et al., 2000; DELCOR, 2003; FUESS; LORENZ, 2003; VEDOVATO; MONTEIRO, 2008; ARAÚJO; CARVALHO, 2009; MENDES, 2012 ; OLIVEIRA, 2013).

Nesse contexto, não é apenas a saúde mental desses profissionais que é afetada. Estudo de Fuess e Lorenz (2003), realizado entre 451 professores de ensino fundamental de 66 escolas de Mogi das Cruzes – SP, encontrou prevalência de algum grau de disfonia em 80,7% dos participantes. Destes, 30 professores referiam presença constante desse sintoma e foram submetidos a exame laringoscópico, que revelou 15 professores apresentando lesões morfológicas em cordas vocais. Mendes (2012), em estudo transversal desenvolvido com 381 professores da rede estadual de ensino de Bauru - SP verificou presença de alteração das vozes dos professores (84,7%), alteração laríngea (93,6%); fendas glóticas (84,1%); nódulos (21,3%), bem como, ocorrência de problemas auditivos. Ceballos (2011), encontrou entre 476 professores da rede básica de Salvador-BA, prevalência de alteração vocal de 53,6% e associação estatisticamente significativa entre alteração de voz e carga horária semanal maior que 20 horas, presença de pó de giz em sala de aula, possuir 40 ou mais anos ou de idade e possuir histórico familiar de disfonia. Thomé (2007), apud Mendes (2012), ao pesquisar 461 professores da rede básica de ensino de Salvador-BA, encontrou associação entre fatores

psicossociais (demandas psicológicas) e distúrbio vocal e indicou o aumento da prevalência deste distúrbio (moderado e severo) com o aumento do tempo de docência.

Em estudo realizado em escolas de dois municípios paulistas, Vedovato e Monteiro (2008) observaram que 82,3% dos participantes relataram doenças diagnosticadas por médico. Essas autoras constataram que 100% dos professores se queixaram de uso excessivo da voz, sendo que 10% referiram problemas nas cordas vocais como fendas e calos, além de rouquidão e afonia. Dores no corpo (coluna cervical e lombar, membros superiores e inferiores) foram referidas por 58% dos professores, 34,4% informaram cefaléias frequentes e 20,9%, transtornos mentais diagnosticados por médicos (depressão leve, tensão, insônia e depressão severa), dentre os quais 74,1% fazia uso de medicação anti-depressiva.

Em virtude das características de seu trabalho, que envolve contato estreito e continuado com os alunos, os professores constituem categoria profissional exposta ao risco de apresentar Síndrome do Esgotamento Profissional ou *burnout*. Esta síndrome se desenvolve em resposta a estressores emocionais e interpessoais crônicos presentes no trabalho e é composta por três conjuntos de sintomas: exaustão emocional, despersonalização e realização profissional reduzida (MASLACH; JACKSON, 1998; MASLACH; LEITER, 1999; FREUDENBERGER, 2005; MASLACH, 2005).

Exaustão emocional significa esgotamento físico e mental, na qual o indivíduo apresenta a sensação de estar acabado. A despersonalização (do outro) corresponde a mudanças na afetividade do indivíduo, fazendo-o comportar-se de forma cínica, irônica com usuários dos serviços nos quais atua, tratando-os como se fossem objetos. O terceiro componente da síndrome, realização profissional reduzida, caracteriza-se por insatisfação com o trabalho, sensação de fracasso profissional, perda da motivação (MASLACH; JACKSON, 1998; MASLACH; LEITER, 1999; FREUDENBERGER, 2005; MASLACH, 2005).

Codo e Vasques-Menezes (1999), estudando aproximadamente 39 mil trabalhadores da educação em todo o país, constatou que 31,9% apresentavam baixo envolvimento emocional com o

trabalho, 25,1% se encontravam em estado de exaustão emocional e 10,7% com quadro de despersonalização. O autor considerou que quase a metade dos participantes apresentava sintomas de *burnout*.

Finalmente, cabe assinalar que as condições de trabalho dos professores podem ser abordadas com a utilização dos instrumentos da Ergonomia, na qual o conceito de cargas de trabalho é de grande importância. Trata-se de um construto teórico que leva em consideração, por um lado, as exigências ambientais, físicas / fisiológicas, cognitivas e emocionais / afetivas do trabalho e, de outro, as capacidades do trabalhador para atender a essas exigências e regular seus efeitos sobre seu organismo. Um dos componentes das cargas de trabalho é constituído pelas cargas mentais.

No tocante a essas cargas, segundo Hacker (2005), a análise da atividade deve contemplar, dentre outros aspectos (a) a autonomia do trabalhador, isto é, liberdade quanto à adoção, antecipação ou postergação de procedimentos; (b) a quantidade e diversidade de tarefas; (c) a fragmentação das tarefas; (d) o grau de cooperação. Para esse autor, as cargas mentais de trabalho podem ser inferiores às capacidades do sujeito, sendo potencialmente geradoras de tédio e desestímulo, adequadas às suas capacidades (situação desejável), ou superiores às capacidades, condição em que podem ocasionar ansiedade, fadiga e frustração.

1.3. Satisfação no trabalho e processo saúde-doença

A satisfação no trabalho, entendida como sentimento que as pessoas têm a respeito de seu trabalho vem sendo estudada há décadas em relação à produtividade e ao processo saúde-doença de trabalhadores. Um estudo realizado em Chicago, USA, na década de 30 do século passado, considerado pioneiro, abordou as influências de aspectos do ambiente físico sobre a produtividade dos trabalhadores numa empresa de eletricidade. Segundo esse estudo, quando o trabalho era realizado em ambientes adequados a produtividade aumentava. A partir de então, tem sido realizados numerosas pesquisas focalizando a satisfação dos trabalhadores em relação a variados aspectos de seu trabalho.

Satisfação no trabalho, segundo Martinez (2002), constitui um fenômeno complexo e difícil de definir. Dois aspectos são considerados primordiais: (a) a subjetividade que pode ser apresentada de maneira particular e em diferentes medidas, conforme apontado por Fraser (1983, p. 23); (b) a influência de forças, tanto internas como externas na dinâmica e sobre as mudanças na satisfação no trabalho.

As conceituações de satisfação no trabalho são passíveis de variações dependendo da concepção teórica utilizada. De acordo com Martinez (2002), dentre outras, existem dois grupos principais de conceituações referentes à satisfação no trabalho: satisfação como motivação, estado emocional ou atitude positiva e satisfação em oposição à insatisfação no trabalho. Para Steuer (1989), apud Martinez (2002), motivação refere-se à tensão resultante de uma necessidade que, atendida, gera a satisfação; satisfação enquanto atitude, segundo Perez-Ramos (1980), apud Martinez (2002) refere-se a assumir posição diante de situações específicas e atuar em função da posição assumida.

Satisfação considerada em oposição à insatisfação no trabalho constituem dois polos de um mesmo fenômeno (BEGLEY; CZAJKA, 1993; ZALEWSKA, 1999; WRIGHT; CROPANZANO, 2000; ODRISCOLL; BEEHR, 2000; ELOVAINIO et al. 2000 apud MARTINEZ, 2002). Segundo esse conceito, é possível mensurar o grau de satisfação por meio de escala tipo Likert. Nesse sentido, satisfação no trabalho é um estado subjetivo, dinâmico e variável, de acordo com as condições intrínsecas e extrínsecas do trabalhador e do trabalho, sendo consideradas parte de um mesmo fenômeno.

Satisfação no trabalho tem sido abordada sob várias concepções teóricas e metodológicas e indícios de sua relevância são constituídos pela observação de suas relações com grau de saúde física e mental do coletivo de trabalhadores estudados. Ter satisfação no trabalho significa ter prazer com o que se faz e que se relaciona tanto com características das atividades executadas, como com o perfil psicológico e com as expectativas dos trabalhadores.

Revisão realizada por Marqueze e Moreno (2005) aborda as várias concepções de satisfação no trabalho, seus determinantes, bem como as consequências da satisfação / insatisfação

no trabalho para os sujeitos. Analisando as diferentes concepções, essas autoras observaram que as mais aceitas e divulgadas são as baseadas na Teoria de Locke desenvolvida na década de 60 do século passado. Segundo Locke (apud Marqueze; Moreno, 2005), estar satisfeito no trabalho relaciona-se a emoções positivas e de bem-estar que o trabalhador apresenta, face à avaliação que realiza sobre seu próprio trabalho, de acordo com seus valores. Por outro lado, a insatisfação estaria relacionada ao sofrimento e ao desprazer diante de tal avaliação.

Além disso, considera-se que o processo de satisfação / insatisfação resulta da interação entre condições gerais de vida, relações e processos de trabalho e controle que os trabalhadores tem sobre as suas condições de vida e de trabalho. A satisfação pode ser considerada fonte de saúde e a insatisfação, fonte geradora de prejuízos à saúde física, mental e social.

Marqueze e Moreno (2005) assinalam que, embora relacionada a sentimentos resultantes da situação global de trabalho - natureza do trabalho, remuneração, perspectivas de promoção, reconhecimento social, relações sociais no trabalho, organização do trabalho etc., sob influência da capacidade de enfrentamento (*coping*) e das características de personalidade, expectativas, necessidades e motivações do sujeito - os fatores que influenciam a satisfação / insatisfação no trabalho nem sempre são claros, o mesmo acontecendo em relação às consequências para a saúde dos trabalhadores,

Desse modo, a satisfação / insatisfação no trabalho, tem sido relacionada, dentre outros, a fatores como retribuição (salários e benefícios), bom relacionamento com colegas e chefias, perspectiva de crescimento profissional, percepção de justiça, características do trabalho. Em outras palavras a fatores do próprio trabalho e do sujeito.

Diaz-Serrano e Vieira (2005) consideram que satisfação no trabalho, além de estar relacionada com a qualidade do trabalho efetuado e constituir importante fator preditivo do grau de bem estar do sujeito, interfere com a decisão de permanecer ou não no emprego. Outro aspecto, segundo esses autores, refere-se à importância dada ao trabalho, sendo que as pessoas, segundo o que

valorizam mais, ou menos, avaliam e reavaliam constantemente se estão recebendo o que acreditam merecer e, em face disso, consideram-se satisfeitas ou não.

Embora os estudos sobre satisfação no trabalho tenham se iniciado na década de 30 do século passado, para Martinez e Paraguay (2003) ainda não existe consenso sobre teorias e modelos teóricos acerca do tema; alguns autores consideram satisfação, dentre outros, como sinônimo de motivação, de atitude, em oposição à insatisfação e como estado emocional.

Modelos desenvolvidos com base em Locke (LOCKE, 1976 apud MARTINEZ; PARAGUAY, 2003) consideram satisfação como resposta emocional decorrente do não atendimento das expectativas do sujeito de acordo com sua percepção em relação ao que recebe, implicando, pois, em juízo de valor. De acordo com esse enfoque teórico satisfação / insatisfação no trabalho depende interações complexas entre natureza e conteúdo do trabalho, grau de responsabilidade, recompensas recebidas etc., interações essas que ocorrem em contexto físico e social. Pesquisando satisfação no trabalho, Martinez e Paraguay (2004) constataram associação positiva entre insatisfação e ocorrência de distúrbios mentais.

Meta-análise efetuada por Faragher et al. (2005) a partir de 486 estudos sobre satisfação no trabalho e processo saúde-doença forneceu algumas informações importantes, dentre as quais a constatação que, ao longo da série histórica houve diminuição do grau de satisfação no trabalho, ou seja, estudos mais recentes revelavam que os sujeitos apresentavam menos satisfação que estudos mais antigos. Segundo esses autores, os estudos analisados apontaram que a diminuição da satisfação no trabalho relacionou-se principalmente (a) solicitação para trabalhar além do tempo previsto contratualmente e relacionada a mudanças nas condições de emprego; (b) perda progressiva do controle sobre o próprio trabalho; (c) aumento da velocidade de incorporação tecnológica influenciando as características de muitas ocupações; (d) diminuição de contratos de trabalho por tempo indeterminado e aumento de trabalhadores temporários.

Faragher et al. (2005) observaram também que, dos 486 estudos os realizados em períodos mais recentes apontavam, como fatores relacionados ao grau de satisfação no trabalho, bom relacionamento entre colegas e chefias, remuneração, grau de controle sobre o trabalho e existência de clareza quanto aos critérios e possibilidades de progressão na carreira. Esse autores constataram que a maioria dos 486 estudos utilizou questionários auto-aplicados, compostos por vários itens, mencionando, como mais utilizados, sete diferentes instrumentos, o que indica falta de consenso a respeito do melhor instrumento para avaliar satisfação no trabalho.

1.4. Situação de trabalho segundo o modelo de Karasek

Dentre os modelos construídos com o objetivo de abordar as características do trabalho e seus reflexos sobre a saúde do trabalhador, destaca-se o de Karasek (1998, 1990, 2005), também conhecido como Modelo Demanda-Controle ou *Job Strain Model*.

Greco et al. (2011) observaram que, na América Latina, estudos em saúde do trabalhador realizados com utilização desse modelo datam do início de 1979 e, desde então, tem se mostrado relevantes para a investigação do ambiente psicossocial do trabalho e de seus os efeitos sobre a saúde dos trabalhadores. Para esses autores, a aplicação do Modelo de Karasek pode contribuir para modificações na organização do trabalho visando a melhoria da saúde dos trabalhadores.

O Modelo demanda-controle de Karasek (2005) está centrado nas relações sociais de trabalho e como estas funcionam em termos de geração de demandas psicológicas, isto é, as pressões psicológicas que os trabalhadores percebem que estão submetidos no trabalho. Elas podem ser de origem quantitativa (quantidade de trabalho a executar na unidade de tempo) ou qualitativa (maior ou menor adequação entre as capacidades do trabalhador e o trabalho a executar) e referem-se, dentre outras, a exigências enfrentadas pelo trabalhador para realizar seu trabalho com rapidez, sob pressão de tempo, com exigência de concentração, sujeito a interrupções e tendo de aguardar pelas atividades realizadas por outros trabalhadores. Quanto ao grau de controle, trata-se do espaço de manobra que o trabalhador possui acerca da maneira de executar seu trabalho - o que pode antecipar ou postergar,

como governa seu trabalho a partir de suas experiências, habilidades e conhecimentos – possibilidades essas dependentes da forma de organização do trabalho. Karasek (2005)

Às duas dimensões do modelo original de Karasek, desenvolvido nos anos 70, Johnson (1988) acrescentou uma terceira dimensão: o grau de suporte social no trabalho, considerado fator de proteção à saúde dos trabalhadores.

1.5. Transtornos mentais comuns

Transtornos mentais comuns, conceito desenvolvido por Goldberg e Huxley (1992), é a denominação de um conjunto de sintomas - insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas - que não preenchem critérios para caracterizar transtornos mentais específicos e, portanto, não constitui uma categoria diagnóstica. Apesar disso, significam existência de sofrimento psíquico de caráter incapacitante (LIMA, 1999).

Além de consequências individuais, os transtornos mentais comuns apresentam também efeitos negativos para a instituição (diminuição da produtividade no trabalho e elevação do absenteísmo, dentre outras) e para o sistema de saúde (aumento da demanda por serviços de saúde). Assim, no nível individual, o diagnóstico precoce se impõe, visando a adoção de medidas que impeçam a evolução para quadros psíquicos mais graves. São também necessárias medidas coletivas, a partir do esclarecimento da extensão do problema, de modo a embasar intervenções a curto, médio e longo prazo. Dentre as primeiras, cabe citar o estabelecimento de suporte social no trabalho e, dentre as últimas, a adoção de medidas de controle dos fatores causais presentes na situação de trabalho (LIMA, 1999).

Vários autores, dentre os quais Lima et al. (1999), Ludermir (2000), Costa et al. (2002), Ludermir e Melo Filho (2002), Lopes et al. (2003), Lima (2004), Araújo (2005), Costa e Ludermir (2005) observaram que, no Brasil, a ocorrência de transtornos mentais comuns é influenciada por fatores: (a) do indivíduo (sexo, idade, cor da pele, escolaridade); (b) familiares e sociais (apoio social, atividades de lazer, histórico de agressões, ser mãe, doença na família, estado civil, residência urbana ou rural,

situação financeira); (c) do trabalho (salário, relação de trabalho, desemprego, ambiente físico, relações sociais no trabalho, características da organização do trabalho).

São desfavoráveis ao trabalho do professor condições como repetitividade, insatisfação com o próprio desempenho, desgaste nas relações com os alunos, ambiente conturbado e ou violento, número elevado de alunos por classe, volume de trabalho excessivo, ritmo de trabalho acelerado, exigência de grau de concentração elevado em uma mesma atividade, escassez de tempo para execução de algumas atividades, falta de autonomia para planejar o trabalho, inexistência / ausência / insuficiência de materiais e equipamentos necessários, instalações físicas inadequadas, falta de salas de descanso, banheiros, locais para alimentação dos professores - isolada ou associadamente – tem sido relatados por estudiosos das condições de trabalho dos professores (ARAÚJO et al., 2003; DELCOR, 2003; REIS et al., 2005, 2006; PORTO et al., 2006; GASPARINI et al., 2006; VEDOVATO; MONTEIRO, 2008; ARAÚJO; CARVALHO, 2009; OLIVEIRA, 2013).

Araujo et al. (2003), Delcor (2003), Reis et al. (2005, 2006) e Porto et al. (2006), estudando a ocorrência de TMC em professores e suas relações com o trabalho, avaliado por meio do modelo de Karasek, revelaram prevalência mais elevada desses transtornos entre os sujeitos enquadrados, segundo esse modelo, em situação de trabalho denominada de alto desgaste ou *job strain*, caracterizada por demandas psicológicas elevadas e baixo grau de controle sobre o próprio trabalho.

Gasparini et al. (2006) observaram maior prevalência de transtornos mentais comuns entre os professores que apresentavam menor grau de controle sobre o próprio trabalho (modelo de Karasek).

Costa e Ludermir (2005), em pesquisa em população rural de Pernambuco revelaram que, quanto maior a rede de apoio social, menor a probabilidade de ocorrência de transtornos mentais comuns, resultado que está de acordo com estudos desenvolvidos por outros autores, como os de Araujo et al. (2005), Coutinho et al. (1999), Ludermir e Melo Filho (2002).

2. JUSTIFICATIVA

A justificativa deste estudo está calcada na elevada prevalência de transtornos mentais comuns que vem sendo observados nos estudos entre professores em diversas localidades do país, a maioria deles efetuada em áreas metropolitanas ou em grandes cidades. Além disso, a população estudada, composta por professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal da Educação de Bauru – SP constitui fator favorável à atuação da autora junto às autoridades do município, possibilitando a apresentação e discussão dos resultados visando subsidiar a adoção de práticas que melhorem as condições de trabalho da categoria estudada.

3. OBJETIVOS

Estimar, em professores de ensino fundamental I e II da Secretaria Municipal de Educação de Bauru-SP, a prevalência de transtornos mentais comuns, bem como a existência de associação entre esta e as variáveis de exposição:

- variáveis sócio-demográficas - idade, sexo, estado civil, dependentes;
- condições gerais de trabalho - vínculo empregatício, tempo de trabalho na escola, jornada de trabalho, número de alunos por escola e por classes, e algumas opiniões sobre o trabalho (flexibilidade de horários, importância do período de trabalho no cotidiano do professor, possibilidade de permanência no emprego mantidas as condições de trabalho);
- grau de satisfação com o trabalho;
- situação de trabalho de acordo com o modelo de Karasek (demandas psicológicas, graus de controle sobre o próprio trabalho e suporte social no trabalho).

4. METODOLOGIA

Estudo epidemiológico, de corte transversal analítico, da população de professores de ensino fundamental I e II de escolas da Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura de Bauru-SP.

A coleta de dados ocorreu nos meses de agosto a dezembro de 2013, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina de Botucatu/Unesp (Anexo 1).

4.1. Caracterização de Bauru - SP e de sua rede de ensino

A cidade de Bauru - ybá-urú (cesto de frutas na língua tupi) - foi fundada no ano de 1896. Possui 342.453 habitantes (98,5% residindo na zona urbana). Seu território é de 673,49 km² e a densidade demográfica de 514,65 habitantes/ Km². Localiza-se na região centro-oeste do Estado de São Paulo, a 326 Km da capital. Em relação à distribuição de renda, 68% das famílias possuem renda de até dois salários mínimos, 98,4% dos domicílios possuem energia elétrica, 98,4%, abastecimento de água tratada e 99,4%, coleta de lixo. Há predomínio de empregos no setor de serviços, que representa 49,7% dos vínculos de trabalho formal. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU, 2012)

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), segundo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Bauru ocupa a 75ª posição no ranking dos municípios brasileiros e a 47ª do estado de São Paulo. No tocante à educação o índice foi de 0,908 e superior ao do Brasil, que é de 0,849. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU, 2012)

No setor da Educação, o município dispõe de vários estabelecimentos de ensino, tanto municipais, como estaduais e privados. Possui também Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Alimentação Escolar e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). Em 2012 foi elaborado o Plano Municipal de Educação que estabeleceu objetivos e metas para o período de 2012 a 2021. Este plano, além de reiterar a importância da educação nos debates das questões políticas e pedagógicas junto aos cidadãos, enfatiza a adoção de gestão educacional democrática, de modo a garantir o acesso de crianças, jovens e adultos às instituições de ensino e sua permanência até a conclusão dos cursos.

Em 2010, Bauru possuía dezenove creches municipais; noventa e quatro escolas de Educação Infantil, das quais sessenta municipais e trinta e quatro privadas; cinquenta e cinco escolas de Ensino Fundamental, dentre as quais, dezesseis municipais; trinta e nove escolas de Ensino Fundamental e Médio, sendo que nenhuma delas é municipal. O município conta ainda com dezesseis escolas de Educação de Jovens e Adultos Presencial, sendo duas municipais, nove estaduais e cinco privadas; seis escolas de Educação Profissional e Tecnológica e onze instituições de ensino superior (duas estaduais e nove privadas) (fonte:<http://escola.edunet.sp.gov.br/consulta.asp>).

O Plano Municipal de Educação abrange todos os níveis educacionais e procura contribuir com a construção de uma política de educação para o município em sintonia com a Constituição Federal de 1988, Plano Nacional de Educação de 2001, Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Cabe ressaltar que em 2002, foi implantado o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério no município de Bauru.

4.2. Métodos

4.2.1. Casuística

Composta por professores efetivos do ensino fundamental I e II, regidos pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bauru – SP, que trabalham nas dezesseis escolas municipais de ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação do município. Foram incluídos no estudo professores efetivos¹ do ensino fundamental que desenvolviam atividade docente no período de coleta de dados. Assim, foram excluídos os professores afastados por motivo de doença ou outro, assim como os que exerciam atividades não docentes, bem como os professores de educação física. A exclusão destes últimos baseou-se no fato de exercerem atividades de natureza diversas das desenvolvidas em sala de aula pelos demais professores.

O quadro 1 mostra a distribuição dos professores efetivos do ensino fundamental da SME de Bauru – SP segundo a situação funcional e adesão ao estudo. Verifica-se que, dos 396 professores em

exercício de atividades docentes, portanto, elegíveis para este estudo, houve participação de 374 o que significa a ocorrência de 22 recusas, das quais sete explicitadas como tal e 15 por falta de resposta em, pelo menos, duas visitas subsequentes, previamente agendadas.

QUADRO 1 – ESTABELECIMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU – SP SEGUNDO SITUAÇÃO FUNCIONAL DOS PROFESSORES, ADESAO AO ESTUDO, NÚMERO DE ALUNOS E MÉDIA DE ALUNOS POR PROFESSOR. 2015.

ESCOLA	PROFESSORES			NÚMERO DE ALUNOS	ALUNO / PROFESSOR
	EFETIVOS	EM ATIVIDADE DOCENTE	PARTICIPANTE DO ESTUDO		
A	19	17	17	317	18,6
B	44	39	37	880	22,6
C	28	24	24	498	20,8
D	29	22	22	450	20,5
E	32	27	27	591	21,9
F	34	30	30	612	20,4
G	27	21	21	425	20,2
H	37	27	26	763	28,3
I	21	15	14	390	26,0
J	34	29	29	559	19,3
L	22	17	15	537	31,6
M	34	29	23	570	19,7
N	34	30	26	730	24,3
O	33	27	24	510	18,9
P	21	20	19	370	18,5
Q	24	22	20	512	23,3
TOTAL	473	396	374	8.714	22,0

¹ Todos os professores eram efetivos

As dezesseis escolas possuíam 8.714 alunos de ensino fundamental, com média de 542,6 e mediana de 523,5 alunos. A maior escola possuía 880 alunos e a menor, 317, conforme revela o Quadro 1.

Não foi possível obter o número exato de alunos por classe, porém, nas 16 escolas, a média de alunos por professor foi de 22, tendo variado de 18,5 a 31,6, o que pode ser considerado razoável, levando a acreditar que as classes possuem número razoável de alunos (Quadro 1).

4.2.2. Procedimentos

A realização de coleta de informações foi precedida de apresentação dos objetivos e dos procedimentos a ser adotados à Secretaria Municipal de Educação de Bauru - SP, que autorizou sua execução, o que também foi feito junto aos diretores das escolas de ensino fundamental I e II, que garantiram o acesso da pesquisadora e de sua auxiliar aos estabelecimentos.

Os professores que, por motivos de licença para tratamento de saúde, auxílio-doença, acidente de trabalho, licença-gestante, afastamento, atividade em outro setor, não estavam em exercício de funções docentes, foram excluídos do estudo.

Nas reuniões de atividades pedagógicas os professores foram esclarecidos a respeito da aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa (Anexo 1), sobre os objetivos do estudo, oralmente pela autora e por escrito (Anexo 2). Os professores que concordaram em participar do estudo assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 3).

Em doze das dezesseis escolas os questionários foram aplicados pela autora. Em quatro escolas, por auxiliar contratada (profissional com grau de escolaridade superior, devidamente instruída a respeito dos objetivos e dos métodos do estudo e orientada sobre como proceder na aplicação dos questionários). Visando impossibilitar a identificação dos estabelecimentos, as dezesseis escolas municipais de ensino fundamental de Bauru – SP foram nomeadas de A a Q.

A partir das reuniões pedagógicas, obteve-se a adesão e efetiva participação de 298 professores. Os professores que não participavam dessas reuniões foram contatados nas respectivas unidades escolares pela pesquisadora ou pela uma auxiliar. Nesse segundo tipo de abordagem foram encontrados 56 professores, de sorte que 374 sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e participaram do estudo.

Os professores que participaram do estudo receberam os questionários em mãos, sendo orientados a responder individualmente, sem comunicar-se ou discutir as questões com os demais colegas. Preenchidos, os questionários foram coletados pela pesquisadora ou sua auxiliar (aplicadora).

4.2.3. Instrumentos

Para a coleta de dados utilizou-se questionário não identificado, auto-aplicável, composto por 72 questões, distribuídas em cinco seções (Anexo 4).

Seção A: dados pessoais, com dez questões, incluindo vínculo empregatício, cargo, sexo, idade, renda familiar e per capita, situação conjugal, presença de filhos e dependentes.

Seção B: dados relacionados ao trabalho, contendo seis questões sobre o trabalho (horários, horas-extras, forma de pagamento dessas horas, férias, tempo de trabalho no ambiente escolar e jornada semanal de trabalho).

Seção C: nessa seção explora-se:

- A opinião dos professores sobre a importância do trabalho em comparação com as atividades não ocupacionais (pergunta direta).
- A perspectiva do professor continuar trabalhando sem muitas dificuldades nas mesmas condições de trabalho (pergunta direta).
- O grau de satisfação no trabalho.

Grau de satisfação no trabalho: investigado por meio de dezesseis questões que fazem parte de instrumento utilizado em estudo sobre estresse e trabalho realizado em trabalhadores do Ospedale Carreggi, Università degli Studi di Firenze, Itália (BOCCALON et al., 2002), cedido pelos autores à orientadora que o traduziu.

As dezesseis questões que o compõem abordam: relações interpessoais e colaboração entre colegas, interesse e variedade das atividades, autonomia para tomar decisões, possibilidade de

melhorar a capacidade profissional e de ascender na carreira, ambiente físico, remuneração, reconhecimento social, qualidades profissionais valorizadas e exigências do trabalho - horários, ser cansativo, mentalmente pesado, adequado às capacidades. Uma das questões indaga diretamente a satisfação do sujeito com seu trabalho.

Este instrumento não foi validado para aplicação no Brasil. As questões foram formuladas utilizando-se a escala Likert de quatro pontos e, para verificar a consistência interna das respostas utilizou-se o coeficiente alfa de Cronbach, que foi de 0,82.

Considerando que o valor atribuído a cada questão varia de 1 a 4, as respostas às dezesseis questões implicam pontuação mínima de 16 e máxima de 64 pontos, contendo apenas números inteiros nos intervalos.

Em oito das dezesseis questões solicitou-se que o professor assinalasse o grau de satisfação - grande, regular, pequeno e quase nenhum – para os seguintes aspectos de seu trabalho:

- Retribuição (salário, vale compras...)
- Ambiente físico (prédio, mobiliário, equipamentos...)
- Relações interpessoais
- Possibilidade de fazer carreira
- Melhorar a capacidade profissional
- Autonomia para tomar decisões
- Interesse e variedade das atividades
- Horários de trabalho.

Nas oito questões restantes, solicitou-se que o professor assinalasse uma das alternativas – muito, moderadamente, pouco ou quase nada – para as seguintes questões:

- Considera seu trabalho fisicamente cansativo?
- Considera seu trabalho pesado do ponto de vista mental / emocional?

- Considera seu trabalho útil para a sociedade?
- Considera seu trabalho interessante?
- Considera seu trabalho adequado à sua capacidade e potencialidade?
- Você está satisfeito com seu trabalho?
- Considera que suas qualidades profissionais são utilizadas e, ou valorizadas?

Para classificação do sujeito como satisfeito ou insatisfeito, foi considerado o valor da mediana.

Seção D: destinada à aplicação do Modelo de Karasek.

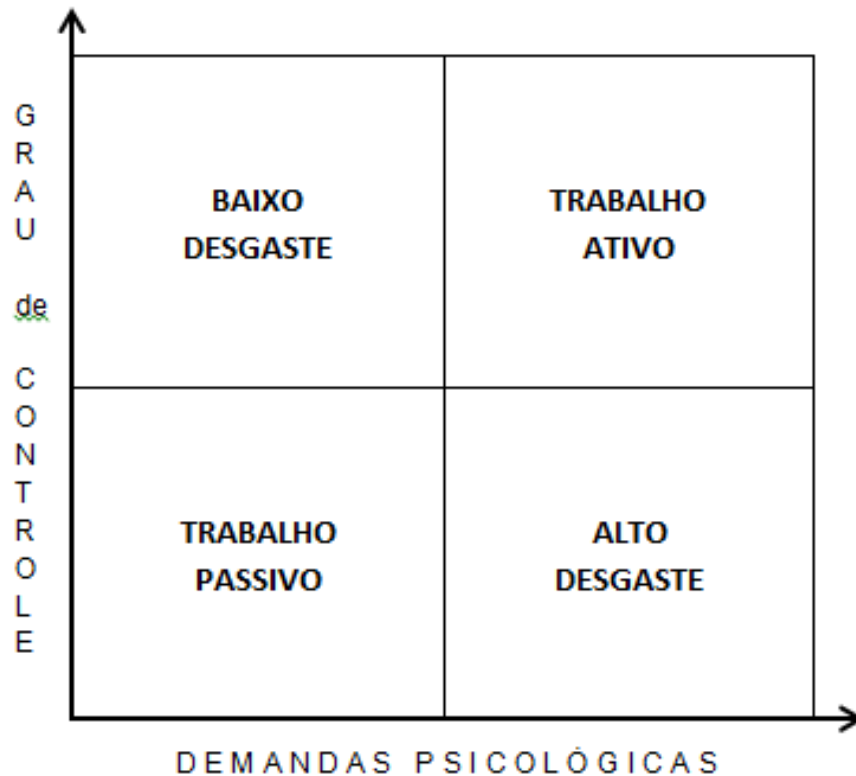
Na década de 70, Robert Karasek desenvolveu um modelo que leva seu nome e também é conhecido como Modelo Demanda-Controle, cujo foco são as relações sociais no trabalho e como estas funcionam gerando estresse.

Esse modelo possui duas dimensões: demandas psicológicas a que os trabalhadores são submetidos no trabalho e grau de controle que o trabalhador possui sobre o próprio trabalho.

As demandas psicológicas podem decorrer tanto da quantidade de trabalho a executar na unidade de tempo - no jargão da saúde do trabalhador, conhecida como *pressão de tempo* -, no caso, de caráter quantitativo, como do descompasso entre as capacidades do trabalhador e as exigências do trabalho a executar, assumindo, então, caráter qualitativo. Ou então, da combinação de ambas.

O grau de controle refere-se à maior ou menor autonomia ou espaço de manobra que o trabalhador possui para realizar seu trabalho ou, em outras palavras, na possibilidade que ele tem de “governar” o seu trabalho, a partir de suas habilidades e conhecimentos (escolher a maneira de executar o trabalho, poder antecipar ou postergar suas tarefas etc.)

FIGURA 1 – ESQUEMA DEMANDA-CONTROLE SEGUNDO KARASEK (1998, 2005)



Na Figura 1 estão representadas as duas dimensões do modelo, sendo que cada quadrante corresponde à associação entre demandas psicológicas (baixas e elevadas) e grau de controle sobre o trabalho (baixo e elevado).

O modelo completo do questionário compõe-se de quarenta e nove itens que Theorell (1988) reduziu para dezessete: cinco referentes a demandas psicológicas, seis, a grau de controle sobre o trabalho e seis a suporte social no trabalho, dimensão introduzida por Johnson (1988). Para avaliação dos aspectos demanda / controle / suporte utilizou-se a versão resumida do questionário conhecido como *Job Content Questionnaire* (THEORELL, 1988), traduzido e validado por Alves et al. (2004) para utilização no Brasil.

A versão do *Job Content Questionnaire* utilizada neste estudo é a composta por dezessete questões. Dentre as cinco questões que investigam demandas psicológicas, quatro referem-se a aspectos quantitativos e uma, à presença de demandas conflituosas no trabalho. No tocante ao grau de

controle sobre o próprio trabalho, das seis questões, duas referem-se à autonomia para decidir sobre o desenvolvimento do trabalho e quatro, às habilidades e conhecimentos necessários. As relações sociais no trabalho entre colegas e chefias são investigadas por meio das seis questões sobre suporte social no trabalho.

A cada uma das dezessete questões foram atribuídos valores de 1 a 4, (variando de “freqüentemente” = 4 a “nunca ou quase nunca” = 1 para demandas psicológicas e grau de controle sobre o próprio trabalho; para suporte social no trabalho a variação foi de “concordo totalmente”= 4 a “discordo totalmente”= 1). Na questão 39 (referente a demandas psicológicas) e na questão 44 (referente a grau de controle sobre o próprio trabalho) a pontuação foi invertida em relação às demais. Esta inversão foi realizada porque a questão 39 (ter tempo suficiente para cumprir todas as tarefas do seu trabalho) apresentava condição favorável de trabalho, contrariamente às demais e a questão 44 (se tem que repetir muitas vezes a mesma tarefa) apresentava condição desfavorável de trabalho, contrariamente às outras questões que compunham o controle.

Em relação às pontuações possíveis, no que se refere a demandas psicológicas, a pontuação mínima é 5 e a máxima, 20 pontos; para as questões sobre grau de controle sobre o próprio trabalho, as pontuações mínima e máxima são, respectivamente, 6 e 24, pontos, o que se repete para as questões referentes a suporte social no trabalho.

De acordo com as pontuações para demandas psicológicas, grau de controle sobre o próprio trabalho e suporte social no trabalho, os sujeitos foram agrupados em nível baixo e nível elevado, tendo-se adotado as médias obtidas para cada uma das dimensões como ponto de corte.

A combinação entre classificações relativas a demandas psicológicas e grau de controle sobre o próprio trabalho deu origem à distribuição em quatro quadrantes (Figura 1):

- demandas psicológicas elevadas e baixo grau de controle sobre o trabalho: situação de alto desgaste (*job strain*), considerada a pior delas em termos do processo saúde-doença;

- elevadas demandas psicológicas e elevado grau de controle sobre o trabalho: situação de trabalho ativo, considerado desafiador e capaz de propiciar o desenvolvimento do sujeito;
- baixas demandas psicológicas acompanhadas de baixo grau de controle sobre o trabalho: situação de trabalho passivo, considerado entediante e desestimulante para o trabalhador;
- baixas demandas e elevado grau de controle constitui situação de baixo desgaste, na qual o trabalhador possui as melhores condições para planejar e executar seu trabalho (KARASEK, 2005).

Seção E: destinada ao rastreamento de sintomas transtornos mentais comuns

O *Self Reporting Questionnaire* (SRQ), desenvolvido por Harding et al. (1980), cuja versão mais utilizada é a que contem 20 questões – SRQ-20 foi o instrumento utilizado neste estudo. Foi validado para utilização no Brasil, por Mari e Willians (1986). Trata-se de instrumento que pode ser auto-aplicado ou aplicado por entrevistador e, segundo os autores mencionados, apresentou 83% de sensibilidade e 80% de especificidade.

Estudo realizado em Pernambuco por Ludermir e Melo Filho (2002) revelou sensibilidade de 62,9% e especificidade de 80% para o SRQ-20, sendo que estudos internacionais revelaram sensibilidade e especificidade de, respectivamente, 62,9% a 99% e 44% a 95% (WHO, 1994).

A versão mais utilizada (SRQ-20) possui quatro questões que investigam sintomas físicos e dezesseis, sintomas psíquicos. As respostas às questões são dadas em termos de “sim” ou “não”, às quais são atribuídos, respectivamente, valores um e zero. A soma dos valores obtidos constitui a pontuação do indivíduo para o SRQ-20.

Para identificação de TMC foram utilizados os pontos de cortes sugeridos por Mari e Willians (1986), de 5 / 6 para os homens e de 7 / 8 para as mulheres, uma vez que o valor preditivo observado pelos autores foi menor para os homens (66%) do que para as mulheres (83%).

4.2.4. Análise dos dados

As informações contidas nos questionários foram inseridas em banco de dados construído com o programa Excel, Office XP 2003. Após a digitação, as planilhas foram conferidas uma a uma para identificação de erros de digitação.

A análise dos dados foi realizada utilizando-se o pacote estatístico SAS for Windows, versão 9.3.

Inicialmente realizou-se análise descritiva da população estudada (atributos sócio-demográficos, características e opiniões sobre o trabalho, satisfação no trabalho, situação de trabalho segundo o modelo demanda – controle – suporte, de Karasek (2005) e ocorrência de transtornos mentais comuns).

Atributos sócio-demográficos, características e opiniões sobre o trabalho, satisfação no trabalho e situação de trabalho de acordo com o modelo demanda controle foram consideradas variáveis de exposição e transtornos mentais comuns (TMC), variável de desfecho.

No modelo de regressão logística simples as variáveis de exposição (sócio-demográficas, do trabalho, satisfação no trabalho e situação de trabalho) foram testadas para verificação de associação com a variável de desfecho (transtornos mentais comuns), utilizando-se o teste de qui-quadrado e adotando-se nível de significância de 0,05 ($p < 0,05$).

Para as variáveis de exposição que, nos modelos de regressão logística simples apresentaram associação com a ocorrência de transtornos mentais comuns, considerando-se p igual ou inferior a 0,20, foi efetuado ajuste de modelo de regressão logística condicional múltipla.

5. RESULTADOS

Os questionários foram aplicados aos professores das dezesseis escolas no segundo semestre de 2013, conforme descrito em métodos. Estas escolas possuíam 474 professores, dos quais 396 em atividade 77 afastados do trabalho docente por licenças (gestante, prêmio, sem vencimentos, nojo, doença, acidente de trabalho), pelo exercício de atividades não docentes, conforme apresentado no Quadro 1.

TABELA 1 – PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BAURU - SP, DE ACORDO COM VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS. 2015.

VARIÁVEL		N = 374	%
SEXO	Masculino	27	7,22
	Feminino	347	92,78
GRUPO ETÁRIO	25 ¹ a 29	28	7,49
	30 a 39	143	38,23
	40 a 49	120	32,09
	50 e mais	80	21,39
	Sem informação	3	0,80
SITUAÇÃO CONJUGAL	Casado / companheiro	255	68,18
	Solteiro	68	18,18
	Separado / divorciado / viúvo	51	13,64
FILHOS DEPENDENTES	Sim	218	58,29
	Não	153	40,91
	Sem informação	3	0,80
OUTROS DEPENDENTES ² (exceto filhos)	Sim	40	10,69
	Não	316	84,50
	Sem informação	18	4,81
RENDA PER CAPITA (salário mínimo)	0,5 a 0,9 SM	15	4,01
	1 a 2 SM	216	57,75
	3 a 4 SM	85	22,73
	5 SM e mais	29	7,75
	Sem informação	29	7,75

Observações: 1. A menor idade observada foi 25 anos
2. Dentre os dependentes, 35 exigiam cuidados especiais.

A Tabela 1 revela maioria de professores do sexo feminino (92,78%); do grupo etário de 30 a 49 anos (70,32%) com média e mediana respectivamente de 41,19% e 41,0 anos. Estavam casados ou possuíam companheiros, 68,18% dos professores; 58,29% possuíam filhos dependentes e 10,69%, outros dependentes. Quanto à renda familiar per capita, 57,75% referiram de um a dois salários mínimos, com média de 2,44 e a mediana, 2,00 salários mínimos per capita.

A distribuição dos professores segundo características do trabalho encontram-se na Tabela 2, na qual se observa que 62,97% dos professores trabalhavam em escolas cuja média de alunos por professor era inferior a 22; o tempo de trabalho na escola foi de 2 a 9 anos para 65,78% dos participantes, variando de alguns meses a 28 anos. O tempo médio de trabalho foi de 4,72 anos. Quanto à jornada semanal, 74,33% referiram trabalhar de 20 a 49 horas (média de 36,4 e mediana de 36,0 horas).

TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU-SP, SEGUNDO CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO. 2015.

VARIÁVEL		N	%
MÉDIA DE ALUNOS POR PROFESSOR NAS ESCOLAS	Igual ou superior a 22,0 ¹	137	37,03
	Inferior a 22,0 ²	233	62,97
	TOTAL	370	100,0
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA	Menor ou igual a 1 ano	85	22,72
	2 a 4 anos	115	30,75
	5 a 9 anos	131	35,03
	10 ou mais anos	40	10,70
	Sem informação	3	0,80
TOTAL	374	100,0	
JORNADA SEMANAL	Até 19 horas	4	1,07
	20 a 39 horas	186	49,73
	40 a 49 horas	92	24,60
	50 e mais horas	89	23,80
	Sem informação	3	0,80
TOTAL	374	100,0	

1. Escolas B, H, I, L, N e Q

2. Escolas A, C, D, E, F, G, J, M, O e P.

Como revela a Tabela 3, a maioria dos professores (58,82%) considerou satisfatória a retribuição pelo trabalho; para 77,54% dos professores os horários de trabalho eram rígidos ou muito rígidos. Em relação ao conjunto de atividades cotidianas, o período de trabalho foi considerado o mais importante do dia por 48,40% dos professores e, quanto à possibilidade de permanência no mesmo emprego por muitos anos sem muitas dificuldades, 38,50% responderam negativamente.

No tocante à satisfação no trabalho, avaliada por dezesseis questões, 52,67% dos professores foram classificados como satisfeitos.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU-SP, SEGUNDO OPINIÕES SOBRE ALGUNS ASPECTOS DO TRABALHO. 2015.

VARIÁVEL DE EXPOSIÇÃO		N = 374	%
RETRIBUIÇÃO (salário e outros benefícios)	Satisfatória	220	58,82
	Insatisfatória	154	41,17
HORÁRIO DE TRABALHO	Muito rígido	88	23,53
	Rígido	202	54,01
	Flexível	79	21,12
	Muito flexível	-	-
	Sem informação	5	1,34
CONSIDERAR O TRABALHO COMO PERÍODO MAIS IMPORTANTE DO DIA	Sim	181	48,40
	Não	154	41,18
	Não sabe	26	6,95
	Sem informação	13	3,47
CONSIDERAR POSSÍVEL CONTINUAR A TRABALHAR NAS MESMAS CONDIÇÕES	Sim	134	35,83
	Não	144	38,50
	Não sabe	85	22,73
	Sem informação	11	2,94
SATISFAÇÃO NO TRABALHO	Satisfeito	197	52,67
	Insatisfeito	177	47,33

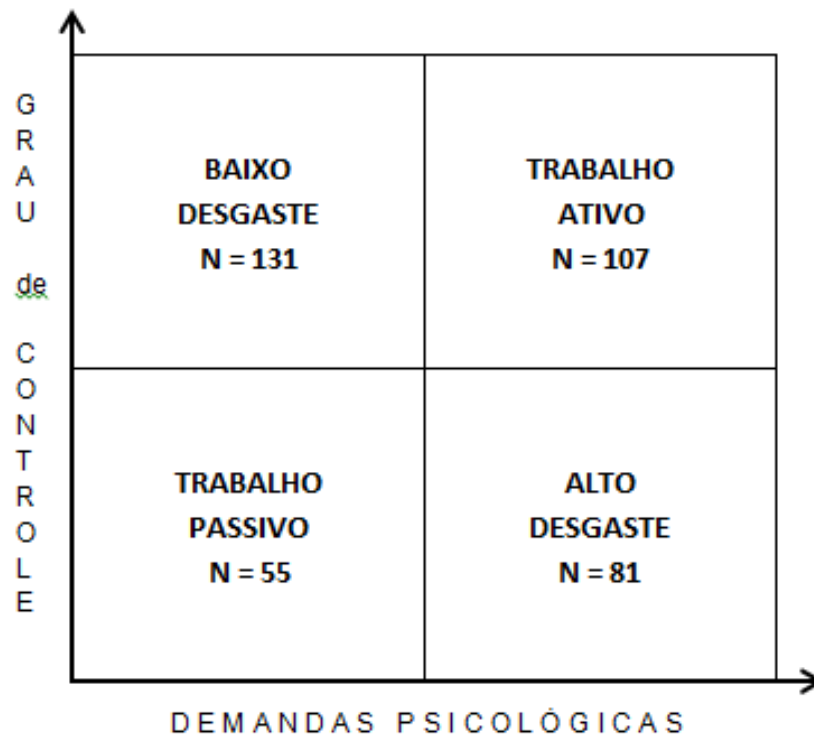
Na Tabela 4 encontram-se os resultados obtidos para demandas psicológicas, grau de controle sobre o próprio trabalho e suporte social no trabalho: 50,27% dos professores obtiveram pontuações correspondentes a *demandas psicológicas elevadas*; 63,64%, *grau de controle elevado* sobre o próprio trabalho; 48,66%, *suporte social no trabalho elevado*.

TABELA 4 – PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU-SP, DISTRIBUIDOS SEGUNDO MODELO DE KARASEK. 2015.

MODELO DE KARASEK		N = 374	%
DEMANDAS PSICOLÓGICAS	Elevadas	188	50,27
	Baixas	186	49,73
GRAU DE CONTROLE	Baixo	136	36,36
	Elevado	238	63,64
SUPORTE SOCIAL NO TRABALHO	Baixo	192	51,34
	Elevado	182	48,66
SITUAÇÃO DE TRABALHO	Trabalho passivo	55	14,70
	Trabalho ativo	107	28,61
	Alto desgaste	81	21,66

Em relação ao modelo de Karasek, verifica-se na Tabela 4 que a maior proporção de trabalhadores enquadrou-se na situação de trabalho de baixo desgaste e a menor proporção, na situação de trabalho passivo.

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES SEGUNDO AS PONTUAÇÕES OBTIDAS PARA DEMANDAS PSICOLÓGICAS E GRAU DE CONTROLE SOBRE O TRABALHO (KARASEK, 1998, 2005).



A Figura 2 mostra a distribuição dos professores segundo as pontuações obtidas para demandas psicológicas e grau de controle sobre o trabalho de acordo com o Modelo de Karasek (2005). Nela se observa predomínio de sujeitos nas situações de trabalhos denominadas *baixo desgaste* e *trabalho ativo*.

O *Self Reporting Questionnaire*, SRQ-20, utilizado para identificação de transtornos mentais comuns foi respondido por 374 professores (quatro deixaram algumas questões em branco e foram excluídos). Conforme recomendação de Mari e Willians (1986) foram utilizados os pontos de corte de 5/6 para os homens e de 7/8 para as mulheres. Dos 370 professores que completaram o SRQ-20, 135 (36,49%) apresentaram transtornos mentais comuns (TMC).

A aplicação do modelo de regressão logística simples a partir dos cruzamentos entre as variáveis de exposição (atributos sócio-demográficos, características e opiniões sobre o trabalho, satisfação no trabalho e situação de trabalho de acordo com o modelo demanda controle) com a variável de desfecho (TMC), revelou resultados que se encontram nas tabelas de números 5, 6 e 7.

TABELA 5 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU – SP SEGUNDO VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS 2015.

	VARIÁVEL	TMC		VALOR de <i>p</i>
		SIM	NÃO	
SEXO	Masculino	8 (29,63%)	19 (70,37%)	<i>p</i> = 0,4421
	Feminino	127 (37,03%)	216 (62,97%)	
GRUPO ETÁRIO	25 a 39	73 (42,94%)	97 (57,06%)	<i>p</i> = 0,0038
	40 a 49	44 (37,29%)	74 (62,71%)	
	50 e mais	17 (21,25%)	63 (78,75%)	
SITUAÇÃO CONJUGAL	Solteiro	24 (35,82%)	43 (64,18%)	<i>p</i> = 0,9689
	Casado / companheiro	93 (36,91%)	159 (63,09%)	
	Separado, divorciado ou viúvo	18 (35,29%)	33 (64,71%)	
DEPENDENTES (filhos e, ou outros)	Sim	97 (41,63%)	136 (58,37%)	<i>p</i> = 0,0097
	Não	38 (28,15%)	97 (71,85%)	
RENDA FAMILIAR PER CAPITA (salário mínimo)	0,5 a 0,9 SM	8 (53,3%)	7 (46,6%)	<i>p</i> = 0,3733
	1 a 2 SM	82 (38,68%)	130 (61,32%)	
	3 a 4 SM	30 (35,29%)	55 (64,71%)	
	5 SM e mais	8 (27,59%)	21 (72,41%)	
RETRIBUIÇÃO (salário, vale compras etc)	Satisfatória	64 (29,50%)	153 (70,51%)	<i>p</i> =0,0008
	Insatisfatória	71 (46,41%)	82 (53,60%)	

Verifica-se na Tabela 5 que, dentre as variáveis sócio-demográficas testadas, grupo etário, possuir dependentes e considerar satisfatória / insatisfatória a retribuição (salário, vale compras etc.) apresentaram associação estatisticamente significativa com a ocorrência de transtornos mentais comuns (TMC). Professores de grupos etários mais jovens, possuidores de dependentes e que consideraram a retribuição pelo trabalho insatisfatória apresentaram maior prevalência de transtornos mentais comuns.

Os resultados dos cruzamentos entre variáveis de exposição relativas ao trabalho e a variável de desfecho estão na Tabela 6, verificando-se que jornada de trabalho, horário de trabalho (rígido ou flexível), possibilidade de continuar no emprego sob as mesmas condições e satisfação no trabalho associaram-se à ocorrência de transtornos mentais comuns.

TABELA 6 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU-SP DE SEGUNDO VARIÁVEIS DO TRABALHO. 2015.

VARIÁVEL	TMC		VALOR de <i>p</i>	
	SIM	NÃO		
ALUNOS POR PROFESSOR ³	Igual ou superior a 22,0 ¹	52 (38,0%)	85 (62,0%)	<i>p</i> = 0,65
	Inferior a 22,0 ²	83 (35,6%)	150 (64,4%)	
TEMPO DE TRABALHO NA ESCOLA	Menor ou igual a 1 ano	32 (38,09%)	52 (61,91%)	<i>p</i> = 0,1818
	2 a 4 anos	42 (36,84%)	72 (63,16%)	
	5 a 9 anos	53 (40,46%)	78 (59,54%)	
	10 ou mais anos	8 (21,05%)	30 (78,95%)	
JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	Ate 39 horas	58 (30,37%)	133 (69,63%)	<i>p</i> = 0,0115
	40 horas e mais	77 (43,02%)	102 (56,98%)	
OPINIÃO SOBRE HORÁRIO DE TRABALHO	Rígido	117 (40,91%)	169 (59,09%)	<i>p</i> = 0,0015
	Flexível	17 (21,52%)	62 (78,48%)	
TRABALHO: PERÍODO MAIS IMPORTANTE	Sim	59 (32,96%)	120 (67,04%)	<i>p</i> = 0,1419
	Não	65 (42,21%)	89 (57,79%)	
	Não sabe	7 (28,0%)	18 (72,0%)	
POSSIBILIDADE DE CONTINUAR NO EMPREGO	Sim	23 (17,83%)	110 (82,17%)	<i>p</i> < 0,0001
	Não	79 (53,38%)	66 (46,62%)	
	Não sabe	31 (37,97%)	52 (62,03%)	
SATISFAÇÃO NO TRABALHO	Satisfeito	47 (24,35%)	146 (75,65%)	<i>p</i> < 0,0001
	Insatisfeito	88 (49,72%)	89 (50,28%)	

1. Escolas B, H, I, L, N e Q

2. Escolas A, C, D, E, F, G, J, M, O e P.

3. Vide a prevalência de TMC segundo a escola no apêndice.

TABELA 7 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU-SP SEGUNDO SITUAÇÃO DE TRABALHO DEFINIDA DE ACORDO COMO O MODELO DE KARASEK (N=370). 2015.

VARIÁVEL (MODELO DE KARASEK)		TMC ¹		VALOR de p
		SIM	NÃO	
SITUAÇÃO DE TRABALHO	Baixo desgaste	19 (14,62%)	111 (85,38%)	$p < 0,0001$
	Trabalho passivo	13 (24,53%)	40 (75,47%)	
	Trabalho ativo	56 (52,34%)	51 (47,66%)	
	Alto desgaste (<i>job strain</i>)	47 (58,75%)	33 (41,25%)	
DEMANDAS PSICOLÓGICAS ²	Baixas	32 (17,49%)	151 (82,51%)	$p < 0,0001$
	Elevadas	103 (55,08%)	84 (44,92%)	
GRAU DE CONTROLE ²	Baixo	60 (45,11%)	73 (54,89%)	$p < 0,0001$
	Elevado	75 (31,65%)	162 (68,35%)	
SUPORTE SOCIAL	Baixo	92 (51,27%)	98 (48,73%)	$p < 0,0001$
	Elevado	43 (25,47%)	137 (74,53%)	

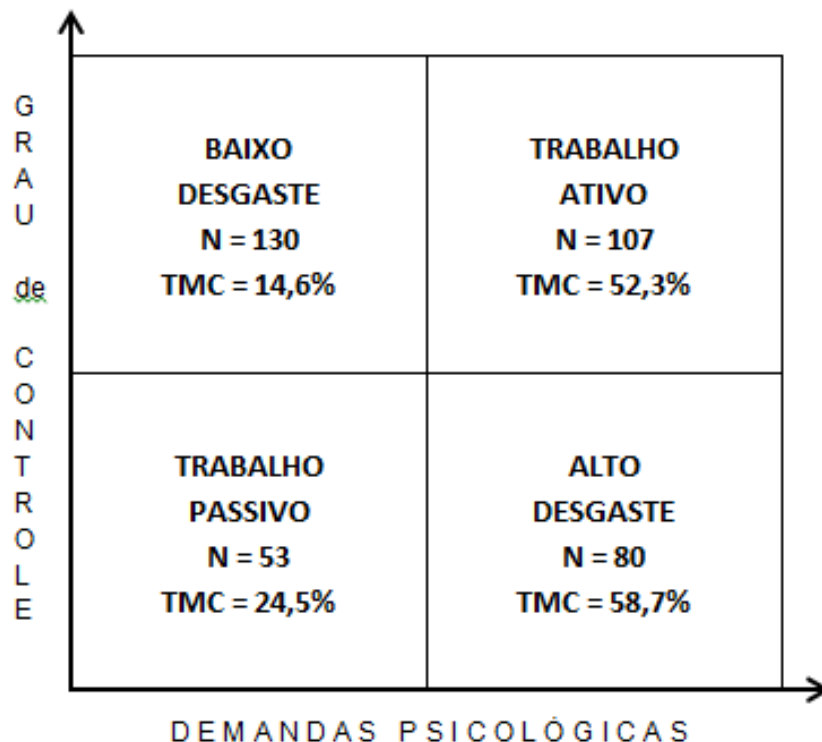
1. Quatro questionários com SRQ-20 incompletos.

2. Condições utilizadas para classificação da situação de trabalho (excluídas da análise múltipla)

Verifica-se na Tabela 7 que houve associação entre situação de trabalho de acordo com o modelo de Karasek e ocorrência de TMC. A ocorrência de transtornos mentais comuns foi maior entre os professores classificados nas situações de trabalho ativo e de alto desgaste (*job strain*). Observou-se também associação entre cada um dos três eixos do modelo, isto é, demandas psicológicas, grau de controle sobre o próprio trabalho e suporte social no trabalho e ocorrência de transtornos mentais comuns, TMC.

A Figura 3 mostra que as situações de trabalho caracterizadas por demandas psicológicas elevadas (trabalho ativo e alto desgaste) apresentam maior proporção de casos de TMC.

FIGURA 3 – TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS ENTRE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU – SP, SEGUNDO SITUAÇÃO DE TRABALHO DE ACORDO COM O MODELO DE KARASEK.



Para realização do ajuste do modelo de regressão logística condicional múltipla foram consideradas as variáveis de exposição que, no modelo de regressão logística simples (análise univariada), associaram-se à ocorrência de transtornos mentais comuns, tomando-se o valor de p menor ou igual a 0,20. Na regressão logística condicional múltipla, foram consideradas estatisticamente significantes as associações quando o valor de p foi menor do que 0,05.

Foram submetidas a ajuste do modelo de regressão logística condicional múltipla as variáveis: idade, possuir dependentes, jornada semanal de trabalho, flexibilidade / inflexibilidade de horário de trabalho, considerar trabalho período mais importante do dia, considerar a possibilidade de continuar trabalhando sem muitas dificuldades mantidas as atuais condições de trabalho, satisfação no trabalho, situação de trabalho segundo modelo de Karasek, e grau de suporte social no trabalho que, no modelo de regressão logística simples associaram-se à ocorrência de TMC. Embora não associada

à ocorrência de TMC no modelo de regressão logística condicional simples, a variável sexo foi incluída nessa análise (regressão logística condicional múltipla).

No ajuste do modelo de regressão logística condicional múltipla foram excluídos 26 sujeitos cujos questionários apresentavam respostas incompletas em alguns dos itens investigados. Assim, o número total de sujeitos foi 348.

TABELA 8 – VARIÁVEIS DE EXPOSIÇÃO QUE PERMANECERAM NO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA CONDICIONAL MÚLTIPLA QUE SE MANTIVERAM ASSOCIADAS À OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS (TMC). 2015.

VARIÁVEL		OR	IC 95%
IDADE	Idade de 25 a 39 anos	2,58	1,13 – 5,91
	Ter 50 anos ou mais anos	1,0	-
DEPENDENTES	Não possuir	1,0	-
	Possuir	2,35	1,30 – 4,27
POSSIBILIDADE DE CONTINUAR NO EMPREGO	Sim	1,0	-
	Não	4,09	2,03 – 8,24
SITUAÇÃO DE TRABALHO (KARASEK)	Baixo desgaste	1,0	-
	Trabalho ativo	4,45	2,18 – 9,10
	Alto desgaste	3,44	1,56 – 7,62

Os resultados obtidos (Tabela 8) revelaram que ter 25 a 39 anos, possuir dependentes, não acreditar ser possível permanecer no emprego sem muitas dificuldades e por muitos anos mantidas as mesmas condições de trabalho, bem como enquadrar-se na situação de trabalho ativo ou de alto desgaste associou-se a maior prevalência de TMC.

6. DISCUSSÃO

Estudos epidemiológicos de corte transversal são delineados para investigar de forma simultânea a existência de associação entre uma exposição e a condição de saúde do participante. Apesar de não possibilitar o estabelecimento de relações de causa e efeito entre as variáveis de exposição e a de desfecho, constituem instrumento importante para indicar possíveis fatores de risco. Numerosos autores tem empregado esse desenho de estudo na abordagem de influências de condições de trabalho no desencadeamento de sofrimento mental / transtornos mentais.

6.1. Características sócio-demográficas

A UNESCO, em publicação de 2004 (apud ARAÚJO et al., 2006) sobre o perfil dos professores no Brasil registra que 81,3% dos docentes são do sexo feminino. A expansão da educação no Brasil a partir da segunda metade do século XX caracterizou-se pela inserção majoritária de mulheres.

Neste estudo, a proporção de mulheres (92,8%) foi 10% mais elevada do que a referida no parágrafo precedente. Este resultado se repete quando comparado aos de outros autores (CODO, 1999; SILVANY-NETO et al., 2000; DELCOR, 2003; REIS et al., 2006; GASPARINI et al., 2006; VEDOVATO; MONTEIRO, 2008). Embora, nos limites deste e dos demais estudos, seja difícil afirmar a origem das diferenças observadas, cabe assinalar que a casuística deste estudo foi composta apenas por professores de ensino fundamental, o que poderá ter influído na maior proporção de mulheres. Segundo Codo (1999) e Delcor (2003) o trabalho educativo escolar constitui extensão das atividades realizadas pelas mulheres na família.

A idade média dos professores deste estudo, de 41,19 anos, foi semelhante às relatadas por outros autores, dentre os quais Silvany-Neto et al. (2000), Reis et al. (2005), Porto et al. (2006), Gasparini et al. (2006), Vedovato e Monteiro (2008), Oliveira (2013).

A proporção de professores casados ou com companheiros, de 68,18%, assemelhou-se à observada por Codo (1999), Lima (2000), Delcor (2003) e Oliveira (2013). Entretanto, outros estudos revelaram menor proporção do que a deste estudo: Gasparini et al. (2006), 55,5%; Reis et al. (2006),

52,3% e Porto et al. (2006), 55,0%. Trata-se de estudos cujo desenho não permite levantar hipóteses explicativas para as diferenças observadas.

A porcentagem de 63,76% de professores, neste estudo, possuidores de dependentes assemelharam-se às observadas por Delcor (2003), Reis et al. (2005), Vedovato e Monteiro (2008), Gasparini et al. (2006) e Codo (1999). Entretanto, Oliveira (2013) observou que 85,5% dos professores estudados em Jequié – BA possuíam dependentes.

Embora ocorrência de dupla jornada de trabalho não tenha sido investigada neste estudo, dado que 92,8% da casuística foi composta por mulheres, dentre as quais predominaram adultas jovens, casadas e possuidoras de dependentes, pode-se levantar a hipótese da existência de proporção não negligenciável de professoras nessa situação de trabalho.

Um aspecto relevante da remuneração dos professores entre os estados brasileiros é a falta de equidade, conforme revelada por Codo (1999), que registrou diferenças de até 900%.

Neste estudo, a renda foi expressa sob a forma de salários mínimos per capita da família, a partir da informação sobre a renda familiar total em salários mínimos e o número de pessoas da família vivendo com essa renda. Observou-se média e mediana, respectivamente, de 2,44 e 2,0 salários mínimos per capita, sendo que 57,75% dos participantes informaram renda média familiar mensal per capita de a um e dois salários mínimos. Trata-se de parâmetro reconhecido como um dos fatores de risco para ocorrência de TMC. Entretanto, a comparação dos resultados com os revelados por outros estudos, dentre os quais os de Delcor (2003), Reis et al. (2005), Gasparini et al. (2006), Vedovato e Monteiro (2008) e Oliveira (2013) é difícil, em virtude da diferença de parâmetros utilizados para dimensioná-la (valor nominal de salários, com ou sem informação do correspondente em dólares).

Diferentemente de outros estudos, neste estudo houve discreto predomínio de professores que consideraram satisfatória a retribuição recebida sob forma de salário e benefícios (58,65%). Gomes e Brito (2006) consideram que os baixos salários pagos aos professores constituem indicação da desvalorização dessa categoria profissional. Tolosa (2000), em Jundiaí-SP, constatou

que 61,72% dos professores se sentiam desvalorizados pelos baixos salários, sobretudo os que possuíam tempo de trabalho de 22 ou mais anos. Lima (2000) observou que 75,0% dos professores das escolas particulares de Campinas consideraram os baixos salários incompatíveis com as atividades que desenvolviam.

Para Neves e Seligmann-Silva (2006), os baixos salários estão entre os fatores que implicam desgaste e sofrimento mental para os professores e, segundo Esteve (1999), apud Delcor (2003), podem ser considerados fator de insatisfação e de crise de identidade, afetando a saúde mental.

Gomes e Brito (2006) e Gasparini et al. (2006) assinalam que os baixos salários influem a decisão dos professores de ampliar a jornada de trabalho, o que favoreceria o desgaste e, ou o adoecimento desses profissionais. Além deste aspecto, 54,6% dos professores pesquisados por Delcor (2003), trabalhavam em outras escolas (públicas e/ou particulares) e 19,1%, exerciam outras atividades remuneradas diferentes da docência.

6.2. Alguns aspectos do trabalho

A carga horária de trabalho corresponde ao período em que o professor fica exposto as mais variadas exigências e solicitações relacionadas às atribuições do seu cargo, bem como a outros fatores que podem afetar negativamente as suas condições de saúde física e/ou mental.

Neste estudo, 74,33% dos professores do ensino fundamental referiram trabalhar de 20 a 49 horas/semanais, sendo a jornada semanal média de 36,1 horas. Trata-se de resultados aos observados por outros autores, dentre os quais Oliveira (2013); Vedovato e Monteiro (2008); Reis et al. (2005); Delcor (2003); e Codo (1999). Já em Salvador-BA, Silvano-Neto et al. (2000) observaram jornada semanal média de 25,2 horas.

Os anos dedicados pelos professores ao ensino constituem importante aspecto de seu trabalho, pois equivale ao tempo de exposição a numerosas características, dentre outras, instalações físicas, formas de organização e de gerenciamento do trabalho, condições das salas de aula, materiais,

equipamentos disponíveis e número de alunos por classe. Trata-se de condições que podem favorecer ou dificultar o trabalho dos professores e que, com o passar do tempo, dependendo da duração e intensidade, podem prejudicar sua saúde.

O tempo de trabalho médio dos professores do ensino fundamental nos estabelecimentos da rede pública municipal, neste estudo, foi de 4,72 anos, sendo que 65,78% exerciam suas funções entre 2 e 9 anos.

Autores que realizaram estudos semelhantes observaram tempo de trabalho na função pouco mais elevado do que o observado neste estudo: em Salvador – BA, Silvany-Neto et al. (2000) encontraram tempo médio de 5,8 anos de trabalho; em Vitória da Conquista -BA, Reis et al. (2005), tempo médio de trabalho de 10,4 anos e Porto et al. (2006), de 11 anos. Entretanto, em alguns estudos o tempo de trabalho observado foi consideravelmente mais elevado, caso de Belo Horizonte - MG, onde *mais da metade* dos professores do ensino fundamental, possuíam *15 anos ou mais* de docência, segundo Gasparini et al. (2006). E, em Jequié - BA, Oliveira (2013) encontrou tempo médio de trabalho de 20 anos entre professores do ensino fundamental da rede pública municipal.

Embora com os dados disponíveis não seja possível discutir os fatores envolvidos em tais diferenças, provavelmente eles estejam relacionados às “idades” da rede de ensino em cada localidade. No caso de Bauru, trata-se ensino municipal que, nos municípios paulistas são redes de implantação relativamente recente. Segundo Carvalho e Carvalho Costa (2012), a municipalização do ensino fundamental teve início no final da década de 80 do século passado, porém apenas a partir de 1996 começou a ser consolidada com a criação do FUNDEF.

A decisão de investigar a opinião dos professores sobre a flexibilidade dos horários de trabalho partiu do pressuposto que horários rígidos ou inflexíveis dificultam e, mesmo, impossibilitam aos trabalhadores organizar algumas atividades cotidianas durante o período letivo, o que pode levar à necessidade de faltar ao trabalho.

A opinião dos professores sobre a flexibilidade dos horários de trabalho, investigada neste estudo, não tem sido abordada por autores que estudam as condições de trabalho desses profissionais. Consideraram os horários de trabalho muito rígidos ou rígidos, 76,8% dos participantes do estudo.

Outro aspecto pouco investigado por outros autores – e indagado neste estudo - refere-se à importância atribuída ao período dedicado ao trabalho em comparação às demais atividades cotidianas. Observou-se que, para 46,61% dos professores o período de trabalho foi considerado como o mais importante do dia. Diaz-Serrano e Vieira (2005) consideram que a importância dada ao trabalho leva as pessoas avaliar e reavaliar constantemente se estão recebendo o que acreditam merecer, o que apresenta relação com a satisfação e o desempenho no trabalho.

Uma hipótese a ser considerada é que, para os professores em que o trabalho é o período mais importante, implicaria em significado positivo das atividades educativas que realizam.

Também pouco investigada é a *possibilidade de continuar trabalhando sem muitas dificuldades por muitos anos se mantidas as condições atuais do trabalho*. Sua inclusão no questionário partiu do pressuposto que a intenção de permanecer no emprego sem muitas dificuldades pode indicar que as expectativas do sujeito em relação ao seu trabalho estão sendo atendidas. Para Diaz-Serrano e Vieira (2005) a decisão de permanecer ou não no emprego apresenta relação com grau de bem estar do sujeito no trabalho. Deve-se considerar que a coleta de dados deste estudo foi efetuada em 2013, ano em que o nível de desemprego no país foi dos mais baixos das últimas décadas, sabendo-se que, em situação de níveis elevados de desemprego, os trabalhadores ainda que com expectativas negativas em relação ao trabalho, geralmente não consideram a possibilidade de mudar de emprego.

Neste estudo, 35,83 % dos professores consideraram possível continuar no emprego por muitos anos sem muitas dificuldades, mantidas as mesmas condições de trabalho, resultado que aponta que, para esse contingente, as expectativas profissionais estão sendo atendidas. Cabe assinalar que 22,73% dos professores referiram não saber se poderiam ou não continuar.

Lapo e Bueno (2003), ao investigar os elevados índices de solicitações de exonerações dos professores da rede estadual de ensino público de São Paulo ocorridos nos anos de 1990-1995, encontraram insatisfação no trabalho, precariedade das condições de trabalho, baixos salários e desprestígio profissional, como principais fatores envolvidos no abandono da profissão.

6.3. Satisfação no trabalho

Considerando os aspectos investigados neste estudo, os resultados revelaram que 47,33% dos professores estavam insatisfeitos com seu trabalho, porcentagem considerada elevada, pois representa praticamente quase a metade da população estudada.

A satisfação tem sido um fator relevante a ser considerado no trabalho. Estudos realizados por Martinez (2002) e Diaz-Serrano e Vieira (2005) apontaram a existência de associação entre estar ou não satisfeito com seu trabalho e o grau de saúde dos indivíduos. Martinez e Paraguay (2004) constataram associação entre insatisfação e ocorrência de distúrbios mentais. Além desses aspectos, Diaz-Serrano e Vieira (2005) constataram a relação entre satisfação e qualidade do trabalho.

Fragher (2005) revelou a existência de vários instrumentos diferentes para avaliar satisfação no trabalho, o que está de acordo com a constatação da autora ao discutir os resultados deste estudo. Em que pese este fato, é consenso entre os autores que satisfação no trabalho influem na decisão de permanecer no emprego, bem como sobre a saúde dos trabalhadores.

6.4. Modelo demanda-controle-suporte

Neste estudo, as respostas às questões sobre demandas psicológicas no trabalho resultaram em pontuação que classificaram 50,27% dos professores como submetidos a demandas psicológicas elevadas (Tabela 4). Segundo Karasek (2005), isso ocorre em virtude de excesso de trabalho, seja em termos quantitativos, como qualitativos. Assim, nesse modelo é importante analisar se o trabalho a ser executado está adequado às capacidades do trabalhador, bem como o grau de exigência em termos de pressões de tempo, de rapidez e de concentração.

Delcor (2003), utilizando o Job Content Questionnaire (JCQ), observou elevadas demandas psicológicas entre os professores da rede particular de ensino em Salvador – BA. Repetições, ritmo acelerado, ambiente estressante, cobranças para cumprir prazos, intervalo de tempo curto entre as aulas, excesso de avaliações, tempo insuficiente para trabalhos como correções de provas e exercícios foram características referidas pelos professores em estudo desenvolvido por Silvany-Neto et al. (2000).

Segundo Tardif e Lessard (2007), as exigências do trabalho docente podem expor os professores a situações que requerem adequação a necessidades e a diversidade dos alunos, atendimento aos pais etc., paralelamente à realização de tarefas burocráticas que extrapolam o horário de trabalho. Essas condições provavelmente estão na origem do aumento de demandas psicológicas do trabalho.

Para numerosos autores, dentre os quais Oliveira (2004), Barroso (2004), Gasparini, Barreto e Assunção (2006), Saviani (2008), Assunção e Oliveira (2009), Carneiro (2012), as mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro na década de 90, com o estabelecimento das Diretrizes e Bases de Educação Nacional (LDB - Lei 9.394) e do Plano Nacional da Educação (PNE), além de contribuir para o aumento da demanda escolar, trouxeram novas exigências para esse sistema, como, por exemplo, a necessidade de atender às demandas do mercado de trabalho formal e o aumento das responsabilidades dos educadores, implicando transformações importantes do trabalho docente, criação de novas atividades, desembocando na geração de maior sobrecarga de trabalho. Essas transformações e as novas exigências do trabalho docente, provavelmente relacionam-se ao aumento das demandas psicológicas no trabalho e suas consequências para a saúde dos professores.

Em relação ao grau de controle sobre o próprio trabalho, 63,64% dos professores apresentaram pontuação que os enquadraram em grau de controle elevado (Tabela 4). Isso implica considerar que possuem margem de manobra / autonomia que os possibilitam interferir na organização e no planejamento do trabalho, bem como na forma de executá-lo, a partir de suas experiências,

habilidades e conhecimentos. Para Karasek (1998, 2005), possuir elevado grau de controle sobre o próprio trabalho constitui fator de proteção à saúde, enquanto o oposto contribui para desgaste e adoecimento dos trabalhadores.

Em Salvador - BA, Delcor (2003) encontrou proporção de professores da rede privada com resultado para grau de controle sobre o trabalho semelhante ao deste estudo (58,7%), enquanto Reis et al. (2005), em Vitória da Conquista - BA, encontraram 80,0% dos professores nessa situação.

O controle em relação à organização do trabalho envolve vários aspectos e, segundo Tolosa (2000), não se restringe apenas ao ato de ensinar, abrangendo as relações internas estabelecidas entre direção e coordenação escolar, colegas e alunos, bem como as externas, com pais de alunos e sociedade.

Johnson (1988), responsável pela introdução de questões que investigam suporte social no Modelo de Karasek, afirma que se trata de importante fator de proteção à saúde dos trabalhadores. Neste estudo, 57,49% dos professores classificaram-se na categoria suporte social no trabalho elevado (Tabela 5).

Delcor (2003) encontrou grau de suporte social no trabalho elevado entre os professores de Salvador – BA. Para Coutinho et al. (1999), Ludermir e Melo Filho (2002), Costa e Ludermir (2005) e Araújo et al. (2005) a presença de apoio social contribui para evitar a ocorrência de transtornos mentais comuns.

Para Lapo e Bueno (2003) a qualidade das relações e vínculos estabelecidos pelos professores no ambiente de trabalho influencia, não somente o desempenho das atividades docentes, mas também a permanência ou abandono do exercício da profissão, conforme verificado nos estudos efetuados junto aos professores das escolas estaduais de São Paulo que solicitaram exoneração do trabalho.

Delcor (2003) utilizando o modelo de Karasek composto por 41 questões, apresenta os resultados de acordo com os itens do questionário. No trabalho, 90,7% das pessoas são amigáveis;

91,2% são competentes; dos diretores e, ou coordenadores, 81,9% colaboram na realização das atividades, 80,6% prestam atenção às opiniões e sugestões dos professores, 72,4% se preocupam com o bem-estar de sua equipe de trabalho; 70% dos colegas de trabalho encorajam o trabalho conjunto e manifestam interesse pelo que acontece com os demais.

No modelo bidimensional de Karasek (1998, 2005), a definição de situação de trabalho é realizada com base nos parâmetros demandas psicológicas no trabalho e grau de controle sobre o próprio trabalho. Para esse autor, a melhor situação é a de *baixo desgaste*, na qual as demandas psicológicas são baixas e o grau de controle elevado. Neste estudo, esta situação correspondeu à maior porcentagem de sujeitos e foi verificada em 35% dos professores.

Na situação de *trabalho ativo* (demandas psicológicas elevadas e elevado grau de controle sobre o próprio trabalho), considerada por Karasek (1998, 2005) como desafiadora, favorecendo o desenvolvimento das capacidades e habilidades do sujeito, neste estudo foram encontrados 28,61% dos trabalhadores. Delcor (2003), Reis et al. (2005) e Porto et al. (2006), observaram que, respectivamente, 16,0%, 39,8% e 32,5% dos professores de suas casuísticas encontravam-se em situação de trabalho ativo.

Trabalho passivo (baixas demandas psicológicas e baixo grau de controle sobre o próprio trabalho) configura situação que Karasek (1998, 2005) considera desestimuladora e entediante. Neste estudo 14,70% dos professores enquadraram-se nesta categoria. Trata-se de resultados semelhantes ao observados por Reis et al. (2005) e Porto et al. (2006), no estudo desenvolvido com professores de Vitória da Conquista - BA.

Alto desgaste (demandas psicológicas elevadas e baixo grau de controle sobre o próprio trabalho) constitui a pior situação do modelo bidimensional de Karasek. Neste estudo, foram identificados 21,7% dos professores nesta situação.

Outros estudos, como os realizados em Vitória da Conquista – BA, por Reis et al. (2005) e por Porto et al. (2006), revelaram situação alto desgaste em, respectivamente 11,2% e 15,7% dos

professores estudados e, em Salvador - BA, Delcor (2003) encontrou 27,4% dos professores em situação de alto desgaste.

De modo geral tais resultados vão ao encontro do que se conhece a respeito das situações de trabalho segundo o modelo de Karasek e que caracterizam o trabalho dos professores.

6.5. Transtornos mentais comuns

A prevalência de transtornos mentais comuns neste estudo foi de 36,49%. Entre professores de ensino fundamental, alguns estudos têm revelado porcentagens variadas de TMC: Souza (2008), em Salvador, observou prevalência de 22,5%, em Jequié - BA, Oliveira (2013), encontrou prevalência de 54,7%, enquanto em Belo Horizonte, Gasparini, Barreto e Assunção (2006) encontraram prevalência de 50,3%. Em Vitória da Conquista – BA, Delcor (2003), encontrou prevalência de 41,5%, Reis et al. (2005), 55,90%, Araújo et al. (2006), de 55,42% e Porto et al. (2006), de 44,5% (professores de educação infantil e do ensino fundamental de escolas públicas e privadas). Destes estudos, apenas o realizado em Salvador -BA revelou prevalência abaixo da observada em Bauru – SP. Tais variações provavelmente decorrem de diferenças nas condições de trabalho a que são submetidos os professores das localidades estudadas e, na mesma localidade – caso de Vitória da Conquista – em diferentes períodos.

Na população geral, em países industrializados, a prevalência de transtornos mentais comuns (TMC) tem variado de 7% a 30%. Santos e Siqueira (2010), em estudo de revisão de literatura abrangendo o período de 1997 a 2009 encontraram prevalências que variaram de 20 a 36%. Em comunidade rural da Zona da Mata em Pernambuco, Costa e Ludermir (2005) encontraram prevalência de TMC de 36%. Na população de Olinda, Ludermir e Melo Filho (2002) constataram que 35% dos participantes do estudo, baseado em amostra populacional, apresentavam tais transtornos, valor muito próximo ao assinalado por Reichnheim e Harphan (1991), apud Lima (2004), para o Rio de Janeiro. Para a população de Pelotas – RS, Lima et al. (1999) observaram prevalência de 22,7% e, em Feira de

Santana essa prevalência foi de 29,9%, segundo Rocha et al. (2010). Em Botucatu – SP, na população geral, Lima (2004) observou prevalência de 21,7%.

Vários autores, dentre os quais Araújo et al. (2006), Delcor (2003), Oliveira (2013), Rocha et al. (2010), bem como nos estudos revisados por Santos e Siqueira (2010) tem revelado maior prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres. Para Ludermir e Melo Filho (2002) este fato pode estar relacionado, dentre outros, a condições como número de filhos, papel de cuidadora de crianças e dupla jornada de trabalho. Como a casuística deste estudo, foi composta quase exclusivamente por mulheres (92,8%), não foi possível explorar associação entre gênero e ocorrência de TMC.

Em relação à existência de associação entre as variáveis de exposição e o desfecho, isto é, a prevalência de TMC, verificou-se que, dentre as variáveis que, no modelo de regressão logística simples associaram-se à ocorrência de transtornos mentais comuns quando da aplicação do modelo de regressão logística condicional múltipla (considerando valor de p menor ou igual a 0,20) as variáveis que associaram-se à ocorrência de TMC foram:

- ter 25 a 39 anos;
- possuir dependentes;
- acreditar não ser possível permanecer no emprego sem muitas dificuldades e por muitos anos mantidas as mesmas condições de trabalho;
- enquadrar-se, no modelo de Karasek em tanto na situação de trabalho ativo como de alto desgaste.

No tocante às faixas etárias associadas a maior prevalência de TMC, vários estudos revelam resultados semelhantes aos obtidos neste estudo (42,94%): Gasparini et al. (2006) revelaram maior prevalência de TMC (40,2%) entre os professores do ensino fundamental de Belo Horizonte com idades de 30 a 39 anos. Oliveira (2013), em Jequié-BA, encontrou maior prevalência de TMC entre professores com idades até 40 anos (67,8%).

Entretanto, em estudos de base populacional, prevalências mais elevadas de TMC tem sido observadas em idades mais elevadas. Costa et al. (2002), em Pelotas-RS observaram prevalência mais elevada desses transtornos na faixa etária de 50 a 59 anos; Maragno et al. (2006), em São Paulo - SP, em idades superiores a 45 anos; Rocha et al.(2010), em Feira de Santana-BA, em idades superiores a 30 anos.

A dupla jornada das mulheres trabalhadoras é sobejamente conhecida, bem como a predominância de mulheres na educação, sobretudo na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio. Cuidar dos filhos e, ou outros dependentes constitui um dos componentes da dupla jornada de trabalho feminino. Assim, neste estudo, foi investigada a existência de dependentes – filhos ou outros – entre os participantes do estudo, uma vez que a quase totalidade da casuística foi composta por mulheres.

Neste estudo, quando da aplicação do modelo de regressão logística condicional múltipla, possuir dependentes foi uma das variáveis de exposição que permaneceu associada à ocorrência de TMC. Autores que investigaram atividade de cuidar de crianças como Gasparini et al. (2006), Reis et al. (2005) e Delcor (2003) observaram associação entre essa atividade e ocorrência de TMC. Cuidar de crianças configura extensão da jornada de trabalho para além da escola, e que implica não apenas o cuidado dos filhos, mas também outras atividades que constituem sobrecarga de trabalho / dupla jornada para as mulheres.

Indagados sobre a possibilidade de continuar trabalhando sem muitas dificuldades mantidas as mesmas condições de trabalho, 38,5% dos entrevistados responderam negativamente, indicando que, provavelmente, as condições de trabalho não tem atendido às expectativas desses professores, na linha das colocações de Diaz-Serrano e Vieira (2005), sobre os fatores que interferem na decisão de permanecer ou não no emprego.

Estudo realizado por Tolosa (2000) com professores do primeiro e segundo graus de Jundiaí - SP revelou que apenas 15,6% dos entrevistados pretendiam continuar na ocupação, como parte de seu projeto de vida.

Na população de trabalhadores da rede básica de saúde de Botucatu – SP, Braga (2007) observou associação entre possibilidade de continuar trabalhando nas mesmas condições e estar satisfeito com o trabalho realizado.

Neste estudo, satisfação no trabalho associou-se a ocorrência de TMC no modelo de regressão logística simples, porém, quando da aplicação do modelo de regressão logística condicional múltipla, essa associação não se manteve. Apesar desse resultado, cabe assinalar alguns aspectos interessantes desse constructo, segundo a observação de alguns autores.

Martinez (2002), em estudo transversal realizado de trabalhadores de empresa geradora de eletricidade de São Paulo, encontrou associação entre satisfação no trabalho, saúde mental e capacidade para o trabalho.

A insatisfação com o trabalho pode sugerir que os aspectos psicossociais do ambiente de trabalho, como demandas, atividades, organização, relacionamentos interpessoais, conforme apontado por Cavanagh (1992) apud Martinez (2002), entre outros, não estejam atendendo às necessidades dos docentes, o que pode interferir na valorização ou consideração do trabalho, de maneira que para alguns pode ser uma parte muito importante da vida e para outros, como forma de sustentação de outras necessidades.

A satisfação no trabalho, segundo Diaz-Serrano e Vieira (2005), enquanto aspecto qualitativo do trabalho efetuado pode ser indicador do grau de bem estar do indivíduo e influenciar na decisão de continuar no emprego ou não.

Meta-análise efetuada por Faragher et al. (2005) revelou que, ao longo dos anos de realização dos estudos analisados houve gradativa diminuição do grau de satisfação no trabalho, relacionada a aspectos como ampliação da jornada de trabalho, perda de controle progressivo sobre o

trabalho, rapidez da incorporação tecnológica; aumento de contratos temporários e diminuição de contratos por tempo indeterminado.

As situações de trabalho segundo o modelo demanda-controle, isto é, situação de baixo desgaste, trabalho ativo, trabalho passivo e situação de desgaste elevado completaram o conjunto de variáveis de exposição deste estudo. Considerou-se baixo desgaste como situação de referência, por constituir a melhor condição nesse modelo, pois resulta da conjugação de grau de controle elevado sob o próprio trabalho e baixas demandas psicológicas.

Conforme revela a Tabela 8, tanto a *situação de trabalho ativo* como na *situação de desgaste elevado* permaneceram associadas à ocorrência de transtornos mentais comuns após aplicação do modelo de regressão logística condicional múltipla com proporções, respectivamente, de 52,3% e 58,7%.

Trata-se de resultados semelhantes aos de: Reis et al. (2005) que encontraram prevalência de TMC de 77,8% na *situação de desgaste elevado* e de 62,4% na *situação de trabalho ativo*; de Porto et al. (2006), cujas prevalências de TMC foram, respectivamente, de 57,25%, e de 54,06% nas situações de *desgaste elevado* e de *trabalho ativo* e de Delcor (2003), com 58,3% de TMC na *situação de desgaste elevado* e de 45,7%, na *situação de trabalho ativo*.

Estudos em moldes semelhantes, desenvolvidos entre profissionais da área da saúde revelaram maior prevalência de TMC e em situação de trabalho ativo e de desgaste elevado (*job strain*): enfermeiros (ARAÚJO et al., 2003); dentistas (ARAÚJO et al., 2003); profissionais da rede básica de saúde (BRAGA, 2007). Associação entre prevalência de TMC e situação de desgaste elevado foi observada entre enfermeiros por Pinho e Araújo (2007) e entre médicos, por Sobrinho et al. (2006).

Para Karasek (2005), a pior situação de trabalho é a de desgaste elevado, pois implica demandas psicológicas elevadas e baixo grau de controle sobre o próprio trabalho. Entretanto, em vários estudos brasileiros, como os citados nos parágrafos precedentes, tanto a situação de trabalho

ativo – para o autor do modelo demanda-controle, desafiadora e estimulante – como a situação de elevado desgaste associa-se à prevalência de transtornos mentais comuns.

Em estudo de revisão, Greco et al. (2011) assinalam que, dentre os estudos sobre condições de trabalho utilizando o modelo de Karasek e ocorrência de transtornos mentais comuns entre professores, a maioria foi efetuada em estabelecimentos da rede municipal de ensino. Trata-se de estudos que evidenciaram associação positiva entre TMC (variável de desfecho) e situação de alta exigência no trabalho (demandas psicológicas elevadas associadas a baixo grau de controle sobre o próprio trabalho).

Em relação a outros problemas de saúde, Cardoso et al. (2011) observaram que, entre os 3.071 professores do ensino infantil e fundamental de Salvador que compuseram sua casuística, houve maior prevalência de queixas de dores no sistema musculoesquelético entre os professores cuja situação de trabalho enquadrava-se em desgaste elevado (46,1%), bem como de trabalho ativo (44,5%).

Analisando a maior prevalência de TMC entre professores da rede de ensino básico (infantil, fundamental e médio) do que entre professores universitários, Araújo et al. (2009) sugerem que as exigências e as mudanças ocorridas no âmbito da educação básica do Brasil, podem ter afetado de maneira significativa as condições de trabalho dos primeiros, com reflexos negativos sobre sua saúde. Esses autores consideram necessário estabelecer políticas voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças dos docentes da rede de educação básica.

No estudo populacional realizado por Costa e Ludermir (2005) em comunidade rural da Zona da Mata – PE, a falta de suporte social associou-se a prevalência de TMC duas vezes maior do que entre os que dispunham desse suporte. As autoras assinalam a importância das redes de apoio social como fator de proteção de desenvolvimento de TMC.

Araújo et al. (2006), investigando a ocorrência de transtornos mentais comuns entre mulheres de Feira de Santana - trabalhadoras e donas-de-casa – no total de 1.235 sujeitos, observaram prevalência de TMC mais elevada entre as segundas, respectivamente, 36,8% e 43,5%.

Suporte social foi adicionado ao modelo bidimensional de Karasek por Johnson (1988) e aborda aspectos das relações interpessoais no trabalho que podem constituir fatores de proteção à saúde. Neste estudo a existência de suporte social no trabalho associou-se negativamente à ocorrência de TMC no modelo de regressão logística simples. Entretanto, quando da aplicação do modelo de regressão logística condicional múltipla, tal associação não se manteve. Trata-se de resultado divergente do obtido por Reis et al. (2005) entre professores da rede municipal de Vitória da Conquista-BA, cujo estudo revelou associação estatisticamente significativa com cada uma das doze questões relacionadas ao suporte social do questionário utilizado por esses autores.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo traz informações sobre determinados aspectos a respeito das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Bauru - SP, alguns deles associados à prevalência de transtornos mentais comuns.

A elevada prevalência desses transtornos, observada entre os professores do ensino fundamental das dezesseis escolas municipais de Bauru – SP, revela que esta categoria profissional apresenta maior susceptibilidade à ocorrência desses transtornos em comparação à população geral. Isto indica que os professores dessas escolas e, provavelmente não apenas delas, necessitam de atenção especial do poder público, particularmente da direção da Secretaria Municipal de Educação do município.

O desenho desta investigação ensejou a elaboração de um retrato da situação no período em que foi executado, fornecendo indicações relevantes. Entretanto, os resultados obtidos, sobretudo as diferenças de prevalência de TMC entre as escolas, apontam para a necessidade de aprofundamento por meio de estudo qualitativo que possa esclarecer aspectos das condições de trabalho da população estudada, visando adotar estratégias de intervenção que melhorem as condições de trabalho e o grau de saúde dos trabalhadores.

Uma medida passível de adoção imediata consiste na abertura de diálogo sobre as condições de trabalho nas reuniões de atividades pedagógicas já existentes na rotina das instituições de ensino. Em outras palavras, trata-se espaço para compartilhamento das dificuldades e sofrimentos que afligem os educadores, apresentação dos mecanismos ou estratégias de enfrentamento utilizados, o que poderia contribuir para a amenização dos problemas, cujos aspectos poderiam refletir mais positivamente tanto nas condições de saúde mental/ emocional, quanto nas condições de trabalho. Entretanto, tais discussões não devem se restringir a uma catarse coletiva, porém constituir ponto de partida para iniciativas que possam realmente contribuir para minorar o desgaste e o sofrimento mental da categoria por meio de modificações na organização do trabalho e da gestão das escolas, nos limites possíveis no nível municipal.

Neste estudo, embora a existência de suporte social no trabalho não tenha se associado à ocorrência de transtornos mentais comuns quando aplicado o modelo de regressão logística condicional múltipla, a importância da existência desse suporte como fator de proteção à saúde é reconhecida e, portanto, sua adoção, plenamente indicada e sua implantação pode ser efetuada a curto prazo.

Também devem ser avaliadas pela direção da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelos gestores de cada escola, as possibilidades de redução da sobrecarga, de ampliação do grau de controle dos professores para planejar e executar suas atividades, implicando aumento de sua autonomia.

Para finalizar, mesmo ultrapassando os limites estreitos deste estudo, cabe assinalar que, no âmbito nacional, a política educacional necessita adequar-se às diferentes realidades estaduais e, ou regionais e, mesmo municipais, contemplando a valorização dos salários, garantindo oportunidades para melhorar a qualificação e propiciar a evolução na carreira, adequando instalações físicas, provendo as escolas de equipamentos e materiais necessários.

Sobretudo, criar condições que propiciem aos professores, submetidos a tantas exigências e adversidades, manterem-se saudáveis física e mentalmente, tornarem-se capazes de continuar exercendo suas atividades docentes com motivação, bem como, desenvolver a reflexão e a crítica dos alunos, tornando-os adultos mais preparados e evoluídos para enfrentar futuros desafios e contribuir para existência de um mundo melhor.

8. REFERÊNCIAS

- ALVES, M. G. M. et al. Versão resumida da "job stress scale": adaptação para o português. **Rev. Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. 164-171, 2004.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999. 259 p.
- ANTUNES, R.; GIOVANI, A. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, p. 349-372, 2009.
- ARAÚJO, T. M.; GRAÇA, C. C.; ARAÚJO, E. Estresse ocupacional e saúde: contribuições do modelo demanda-controle. **Cienc. Saúde Colet.**, v. 8, n. 4, p. 991-1003, 2003.
- ARAÚJO, T. M.; PINHO, P. S.; ALMEIDA, M. M. G. Prevalência de transtornos mentais comuns em mulheres e sua relação com as características sociodemográficas e o trabalho doméstico. **Rev. Bras. Mater. Infant.**, v. 5, n. 3, p. 337-348, 2005.
- ARAÚJO, T. M. et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. **Cienc. Saúde Colet.**, v. 11, n. 4, p. 1117-1129, 2006.
- ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 107, p. 427-449, 2009.
- BORGES, L. O.; YAMAMOTO, O. H. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. São Paulo: Artmed, 2004. p. 24-62.
- BARROSO, J. Os professores e os novos modelos de regulação da escola pública: das mudanças do contexto de trabalho às mudanças da formação. In: BARBOSA, R. L. L. (Org.). **Trajetórias e perspectivas da formação de educadores**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004. p. 49-60.
- BATISTA, A. S.; EL-MOOR, P. D. Violência e agressão. In: CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 139-160.
- BOCCALON, P. et al. Stress e bournout tra allevi infermieri ed infermieri di um azienda ospedaliera. In: CONGRESSO NAZIONALE S.I. MEDICINA DEL LAVORO E IGIENE IND., 65, 2002, Taormina, Itália. **Proceedings...** Taormina, 2002. p. 1-2.
- BRAGA, L. C. **Condições de trabalho e saúde dos profissionais da rede básica de saúde de Botucatu-SP**. 2007. 142 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental**: passo a passo do processo de implantação. Brasília, 2009. 29 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/passo_a_passo_versao_atual_16_setembro.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- CARNEIRO, M. A. **LDB fácil**: leitura crítico-compreensiva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- CARDOSO, J. P. et al. Aspectos psicossociais do trabalho e dor musculoesquelética em professores. **Cad. Saúde Pública**, v. 27, n. 8, p. 1498-1506, 2011.
- CARVALHO, B.; CARVALHO COSTA, A. Da centralização à descentralização, da municipalização à terceirização. A quem compete a escolarização da criança brasileira hoje? **Rev. Paul. Educ.**, v. 1, n. 1, p. 3- 16, 2012.
- CEBALLOS, A. G. C. et al. Avaliação perceptivo-auditiva e fatores associados à alteração vocal em professores. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 14, n. 2, p. 285-295, 2011.

- CODO, W.; GAZZOTTI, A. A. Trabalho e afetividade. In: CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 48-59.
- CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. O que é burnout? In: CODO, W. (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 237-254.
- CONTREIRAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002. 296 p.
- COUTINHO, C.; LISBOA, E. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Rev. Educ.**, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011.
- COUTINHO, E. S. F.; ALMEIDA-FILHO, N.; MARI, J. J. Fatores de risco para morbidade psiquiátrica menor: resultados de um estudo transversal em três áreas urbanas no Brasil. **Rev. Psiquiatr. Clin. (São Paulo)**, v. 26, n. 5, p. 246-256, 1999.
- COSTA, J. S. D. et al. Prevalência de distúrbios psiquiátricos menores na cidade de Pelotas, RS. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 5, n. 2, p. 164-173, 2002.
- COSTA, A. G.; LUDERMIR A. B. Transtornos mentais comuns e apoio social: estudo em comunidade rural da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 21, n. 1, p. 73-79, 2005.
- DELCOR, N. S. **As condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino em Vitória da Conquista-BA**. 2003. 122 f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia Clínica) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987. 163 p.
- DIAZ-SERRANO, L.; VIEIRA, J. A. C. **Low pay, higher pay and job satisfaction within the European Union: empirical evidence from fourteen countries**. Ireland: National University of Ireland, 2005. p. 1-25. (Economics Department Working Paper Series).
- FARAGHER, E. B.; CASS, M.; COOPER, C. L. The relationship between job satisfaction and health: a meta-analysis. **Occup. Environ. Med.**, v. 62, p. 105-112, 2005.
- FALSARELLA, A. M. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada do professor**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. 230 p.
- FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, v. 122, n. 35, p. 229-248, 2010.
- FREUDENBERG, H. J. **Stress and burnout and their implication in the work environment**. Geneva: International Labour Organization, 2005. 1 CD-Rom.
- FUESS, V. L. R.; LORENZ, M. C. Disfonia em professores do ensino municipal: prevalência e fatores de risco. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, v. 9, n. 6, p. 807-812, 2003.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educ. Pesqui.**, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. A. A prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2679-2691, 2006.
- GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Estud. Pesqui. Psicol.**, v. 6, n.1, p. 49-62, 2006.
- GRECO, P. B. T. et al. Utilização do modelo demanda-controle na América Latina: uma pesquisa bibliográfica. **Rev. Enferm. UFSM**, v. 2, n. 1, p. 272-281, 2011.

- HACKER, W. **Mental workload**. Geneva: International Labour Organization, 2005. 1 CD-Rom.
- HARDING, T. W. et al. Mental disorders in primary health care: a study of their frequency and diagnosis in four developing countries. **Psychol. Med.**, v. 10, p. 231-241, 1980.
- JOHNSON, J.; HALL, E. M. Job strain, work place social support, and cardiovascular disease: a cross-sectional study of Randon sample of Swedish working population. **Am. J. Public Health**, v. 78, n. 10, p. 1336-1342, 1988.
- KARASEK, R. **Demand/control model**: a social, emotional, and physiological approach to stress risk and active behaviour development. Geneva: International Labour Organization, 2005. 1 CD-Rom.
- KARASEK, R. et al. The job content questionnaire (JCQ): an instrumental for internationally comparative assessments of psychosocial job characteristics. **Occup. Health Psychol.**, v. 3, n. 4, p. 322-355, 1998.
- KARASEK, R.; THEORELL T. **Healthy work**: stress, productivity, and the reconstruction of working life. New York: Basic Books Inc. Publishers, 1990. 381 p.
- LANDINI, S. R. Professor, trabalho e saúde: as políticas educacionais, a materialidade histórica e as consequências para a saúde do trabalhador-professor. **Colloq. Human.**, v. 4, n.1, p. 8-21, 2007.
- LAPO, F. R.; BUENO, B. O. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cad. Pesqui.**, n. 118, p. 65-88, 2003.
- LIMA, V. A. **Condições de trabalho e saúde dos professores sindicalizados de ensino fundamental e médio de rede privada de Campinas**. 2000. 219 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- LIMA, M. C. P. **Transtornos mentais comuns e o uso de álcool na população urbana de Botucatu-SP**: um estudo de co-morbidade e utilização de serviços. 2004. 146f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LIMA, M. S.; SOARES, B. G. O.; MARI, J. J. Saúde e doença mental em Pelotas, RS: dados de um estudo populacional. **Rev. Psiquiatr. Clin. (São Paulo)**, v. 26, n. 5, p. 225-235, 1999.
- LOPES, C. S.; FAERSTEIN, E.; CHOR, D. Eventos de vida produtores de estresse e transtornos mentais comuns: resultados do Estudo Pró-Saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 19, n. 6, p. 1713-1720, 2003.
- LUDERMIR, A. B. Inserção produtiva, gênero e saúde mental. **Cad. Saúde Pública**, v. 16, n. 3, p. 647-659, 2000.
- LUDERMIR, A. B.; MELO-FILHO, D. A. Condições de vida e estrutura ocupacional associadas a transtornos mentais comuns. **Rev. Saúde Pública**, v. 36, n. 2, p. 213-221, 2002.
- LIBANEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2010. 407 p.
- MARAGNO, L. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (Qualis) no Município de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, 2006.
- MARI, J. J.; WILLIAMS, P. A validity study of a Psychiatric Screening Questionnaire (SRQ-20) in Primary care in the city of São Paulo. **Br. J. Psychiatry**, v. 148, p. 23-26, 1986.

- MARQUEZE, E. C.; MORENO, C. R. C. Satisfação no trabalho – uma breve revisão. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, v. 30, n. 112, p. 69-79, 2005.
- MARTINEZ, M. C. **As relações entre a satisfação com aspectos psicossociais no trabalho e a saúde do trabalhador**. 2002. 243 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Ambiental) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B. B. Satisfação e saúde no trabalho-aspectos conceituais e metodológicos. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, v. 6, p. 59-78, 2003.
- MARTINEZ, M. C.; PARAGUAY, A. I. B. B.; LATORRE, M. R. D. O. Relação entre satisfação com os aspectos psicossociais e saúde dos trabalhadores. **Rev. Saúde Pública**, v. 38, n. 1, p. 55-61, 2004.
- MASLACH, C. “*Burnout*”. In: STELLMAN, J. M. (Ed.). **Encyclopaedia of occupational health and safety**. 4. ed. Geneva: International Labour Organization, 2005. 1 CD-Rom.
- MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. **Occup. Behav.**, v. 2, p. 99-113, 1998.
- MASLACH, C.; LEITER, M. P. **Trabalho: fonte de prazer ou desgaste?** Guia para vencer o estresse na empresa. Campinas: Papyrus, 1999. 239 p.
- MENDES-STUMM, L. C. **Estudo sobre as alterações vocais em professores da rede estadual de ensino da cidade de Bauru, SP**. 2012. 161 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2012.
- NEVES, I. Y. R.; SILVA, E. S. A dor e a delícia de ser (estar) professora: o trabalho docente e saúde mental. **Estud. Pesqui. Psicol.**, v. 6, n. 1, p. 63-75, 2006. Disponível em: <www.revispsi.uerj.br/v6n1.artigos/v6n1_a06.htm>. Acesso em: 03 out. 2014.
- NAUJORKS, M. I. Stress e inclusão: indicadores de stress de professores frente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Educação (Santa Maria)**, v. 1, n. 20, 2002. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/ceesp/2002/02/a9.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.
- OLIVEIRA, D. A. **Educação básica: gestão do trabalho e da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes; 2000. 360 p.
- OLIVEIRA, L. F. **Prevalência de transtornos mentais comuns e fatores associados em professores**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.
- PORTO, L. A. et al. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Rev. Saúde Pública**, v. 40, n. 6, p. 818-826, 2006.
- REIS, E. J. F. B. et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 1480-1490, 2005.
- REIS, E. J. B. et al. Docência e exaustão emocional. **Educ. Soc.**, v. 27, n. 94, p. 229-253, 2006.
- ROCHA, L. E. **Estresse ocupacional em profissionais de processamento de dados: condições de trabalho e repercussões na vida e saúde dos analistas de sistemas**. 1996. 256 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ROCHA, S. V. et al. Prevalência de transtornos mentais comuns entre residentes em áreas urbanas de Feira de Santana, Bahia. **Rev. Bras. Epidemiol.**, v. 13, n. 4, p. 630-640, 2010.

- SANTOS, A. R. LDB 9.394/96: alguns passos na formação de professores no Brasil. In: GRANVIVILLE, M. A. (Org.). **Teorias e práticas na formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 17-30.
- SANTOS, E. G.; SIQUEIRA, M. M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. **J. Bras. Psiquiatr.**, v. 59, n. 3, p. 238-246, 2010.
- SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 334 p.
- SAVIANI, D.; GEORGES, P. (Org.). **Formação de professores**: a experiência internacional sob o olhar brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. p. 7-12.
- SAVIANI, D. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 2000. 161 p.
- SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1989. 224 p.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU. **Plano municipal de educação**. Bauru, 2012. Disponível em: <<http://hotsite.bauru.sp.gov.br/pme/arquivos/arquivos/13.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2014.
- SELIGMANN-SILVA, E. Psicopatologia no trabalho: aspectos contemporâneos. In: FERREIRA, J. J. (Coord.). **Saúde mental no trabalho**: coletânea do Fórum de Saúde e Segurança no Trabalho do Estado de Goiás. Goiânia, 2013. p. 209-237.
- SILVA, E. B. O conselho nacional de educação e a regulamentação da educação básica. In: SILVA, E. B. (Org.). **A Educação Básica Pós-LDB**. São Paulo: Pioneira, 1999. p. 13-26.
- SILVANY-NETO, A. M. et al. Condições de trabalho de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. **Rev. Bahiana Saúde Pública**, v. 24, n. 1/2, p. 42-56, 2000.
- SIQUEIRA, M. J. T.; FERREIRA, E. S. Saúde das professoras das séries iniciais; o que o gênero tem a ver com isso? **Psicol. Ciênc. Prof.**, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003.
- SOBRINHO, C. L. N. et al. Condições de trabalho e saúde mental dos médicos de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, v. 22, n.1, p. 131-140, 2006.
- SOUZA, C. L. **Distúrbio vocal em professores da educação básica da cidade de Salvador-BA**. 2008. 91 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- SOUZA, S. F. et al. Fatores psicossociais do trabalho e transtornos mentais comuns em eletricitários. **Rev. Saúde Pública**, v. 44, n. 4, p. 710-717, 2010.
- TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2007. 317 p.
- THEORELL, T. et al. Changes in job strain in relation to changes in physiological state. **Scand. J. Work Environ. Health**, v. 14, n. 3, p. 189-196, 1988.
- TOLOSA, D. E. R. **Estudo da organização do trabalho, sentimentos, valorização e expectativa profissional de professores de 1º e 2º graus da cidade de Jundiaí-SP**. 2000. 136 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Campinas, 2000.
- VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Rev. Esc. Enferm. USP**, v. 42, n. 2, p. 290-297, 2008.

APÊNDICE

A justificativa para a elaboração desse apêndice foi desvendar eventuais diferenças na ocorrência de transtornos mentais comuns entre as escolas, visando orientar estabelecimento de prioridades para realização de intervenções com o objetivo de prevenção de transtornos mentais comuns na população estudada.

Em amostra populacional de Botucatu – SP, cidade situada a 90 Km de Bauru – SP, estudo realizado por Lima (2004) encontrou prevalência de transtornos mentais comuns de 21,7%. Neste estudo, com exceção de duas escolas, os resultados observados entre os professores foram superiores a este valor – alguns bastante superiores -, como revela a tabela abaixo. As prevalências segundo a escola variaram de 63,0% a 16,2%, com média e mediana, respectivamente, de 37, 5 e 35,2.

PREVALÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM PROFESSORES DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BAURU - SP, SEGUNDO ESCOLA, 2015.

TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS			
ESCOLA	SIM N (%)	NÃO N (%)	TOTAL
E	17 (63,0)	10 (37,0)	27 (100)
L	9 (60,0)	6 (40,0)	15 (100)
I	7 (50,0)	7 (50,0)	14 (100)
M	11 (47,8)	12 (52,2)	23 (100)
H	12 (46,2)	14 (53,8)	26 (100)
Q	9 (45,0)	11 (55,0)	20 (100)
C	9 (37,5)	15 (62,5)	24 (100)
N	9 (36,0)	16 (64,0)	25 (100)
F	10 (34,5)	19 (65,5)	29 (100)
J	10 (34,5)	19 (65,5)	29 (100)
D	7 (33,3)	14 (66,7)	21 (100)
G	6 (28,6)	15 (71,4)	21 (100)
P	5 (26,3)	14 (73,7)	19 (100)
A	4 (25,0)	12 (75,0)	16 (100)
O	4 (16,7)	20 (83,3)	24 (100)
B	6 (16,2)	31 (83,8)	37 (100)
TOTAL	135 (36,5)	235 (63,5)	370 (100)

ANEXOS

ANEXO 1



Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Medicina de Botucatu



Distrito Rubião Junior, s/nº - Botucatu – S.P.
CEP: 18.618-970
Fone: (14) 3880-1608 / 3880-1609
e-mail secretaria: capellup@fmb.unesp.br
e-mail coordenadoria: tsarden@fmb.unesp.br



Registrado no Ministério da Saúde
em 30 de abril de 1997

Botucatu, 13 de junho de 2013

Of. 92/2013-CEP

Ilustríssima Senhora
Profª Drª Maria Cecília Pereira Binder
Departamento de Saúde Pública da
Faculdade de Medicina de Botucatu

Prezada Drª Maria Cecília,

Com referência ao Projeto de Pesquisa (Protocolo CEP 4445-2012) "Condições de trabalho e ocorrência de transtornos mentais comuns em servidores da Prefeitura Municipal de Bauru-SP", conduzido por Maria Marília Carraro, orientada por Vossa Senhoria e aprovado por este CEP em 03/12/2012, informo que autorizei em 13/06/2013 a substituição dos sujeitos da pesquisa na seguinte conformidade:

Excluir da pesquisa: **Servidores da Secretaria Municipal de Obras.**

Incluir na pesquisa: **Servidores da Secretaria Municipal de Educação.**

O CEP solicita aos pesquisadores que seja substituída no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a frase: **Servidor Público da Secretaria Municipal de Obras**- Por: **Servidor Público da Secretaria Municipal da Educação.**

Atenciosamente,

Prof. Dr. Trajano Sardenberg
Coordenador do CEP.

ANEXO 2

CARTA DE ESCLARECIMENTO

Apresentamos a proposta do presente estudo, por meio dessa carta, para conhecimento e possibilidade de consideração e participação do mesmo.

O estudo dirige-se aos professores de ensino fundamental, servidores da Secretaria Municipal de Educação, considerando que muitas vezes a prática educativa requer esforços para atender as solicitações da demanda, bem como dos gestores.

Considerando esses aspectos, o estudo procurará averiguar como esta categoria profissional vem percebendo suas condições de trabalho e se estas tem afetado de alguma forma a saúde mental ou causado algum tipo de sofrimento psíquico.

Para tanto, será aplicado um questionário estruturado, com perguntas fechadas, as quais abordam conteúdos referentes ao trabalho e seus aspectos emocionais.

As respostas do questionário serão assinaladas de acordo com a avaliação subjetiva de cada um, no momento de preenchimento. Propõe-se que o questionário seja respondido individualmente, sem que haja interação e/ou comunicação com outras pessoas durante a realização do mesmo.

Cabe destacar, que na resposta do questionário será omitida a identificação do participante, garantindo o seu anonimato.

Diante dos dados obtidos, posteriormente será possível verificar a existência ou não de fatores do trabalho que se relacionam negativamente e/ou positivamente com sofrimento mental.

Espera-se que os resultados do estudo possam contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos professores do ensino fundamental dos estabelecimentos públicos municipais de Bauru – SP, por parte da Secretaria Municipal de Educação de Bauru.

Desse modo, consideramos a sua participação muito importante e agradecemos a sua colaboração.

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Maria Marília Carraro, Psicóloga da Prefeitura Municipal de Bauru, estou desenvolvendo um projeto de pesquisa intitulado **CONDIÇÕES DE TRABALHO E OCORRÊNCIA DE TRANSTORNOS MENTAIS COMUNS EM SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU-SP**”.

Para isso, **convido você**, _____, servidor público municipal da Secretaria de Educação para participar desse projeto.

O objetivo da pesquisa é conhecer melhor as condições de trabalho e saúde mental dos servidores lotados na citada Secretaria, para que dessa forma possa possibilitar subsídios para se efetuar melhoria das condições de trabalho, do suporte social, bem como da saúde mental dos mesmos, que se fizerem necessárias.

Destacamos que a sua participação na pesquisa não é obrigatória e que terá liberdade de recusar o consentimento, sem penalização a qualquer momento.

Informamos que a sua participação consiste em apenas responder a um questionário com duração estimada de 30 minutos sobre as condições gerais de trabalho e saúde mental. Você fica ciente das garantias de confidencialidade, ou seja, de que os questionários a serem respondidos são anônimos e que apenas dados consolidados serão divulgados. Informo que não haverá quaisquer prejuízos pessoais e funcionais.

Você fica ciente de que a pesquisadora responsável estará a disposição para quaisquer esclarecimentos pelo telefone (14) 3227-5650, que **sua participação é absolutamente voluntária** e tem direito de receber informações adicionais sobre o estudo, por meio do Comitê de Ética em Pesquisa pelo fone 38801608.

Você receberá uma cópia deste documento.

Assinatura do servidor: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Maria Marília Carraro (pesquisadora)
Tel.: (14) 3227-5650 (14)3011-5818
e-mail: amaricarraro@hotmail.com.br

Maria Cecília Pereira Binder (orientadora)
Tel.: 3880-1366/3882-3309
e-mail: bindermc@fmb.unesp.com.br

ANEXO 4

TMC EM PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE BAURU – SP

SEÇÃO A – DADOS PESSOAIS

1. Vínculo de trabalho Estatutário____ CLT ____ Outro:

2. Que cargo você ocupa nesta escola?

____a)Professor de Educação Básica - Fundamental I

____b)Professor de Educação Básica - Fundamental II

____c)Professor Substituto de Educação Básica – Fundamental I

____d)Professor Substituto de Educação Básica – Fundamental II

3. Sexo Masculino _1_ Feminino _2_

4. Idade em anos _____

5. Qual é a renda familiar total em sua casa em salários mínimos (SM): _____ (nº de SM)

6. Qual o número de pessoas que vivem dessa renda? _____

7. Situação conjugal:

1. Solteiro/a __ ; 2. Casado/a __ ; 3. Companheiro/a __ ; 4. Separado/a __ ; 5. Divorciado/a __ ; 6 Viúvo/a

8. Tem filhos dependentes? SIM _1_ NÃO _2_

9. Tem outros dependentes? SIM _1_ NÃO _2_

10. Algum dos dependentes tem doença ou problema que exige cuidados especiais? Sim __1__ ; Não __2__

PERGUNTA 11 NÃO EXISTE.

SEÇÃO B – DADOS REFERENTES AO TRABALHO

____1__ a) Muito rígido

12. Na sua opinião, seu horário de trabalho é ____2__ b) Rígido

____3__ c) Flexível

____4__ d) Muito flexível

____1__ a) Muitas

13. Você faz horas extras em seu trabalho? ____2__ b) Às vezes

____3__ c) Raramente

____4__ d) Nunca

____1__ a) Pelo nº de horas extras feitas

14. Se você faz horas-extras, elas são pagas ____2__ b) Até determinado limite

____3__ c) Não são pagas

____4__ d) São descontadas

- __1__ a) Sim, sem nenhuma dificuldade
15. Você tira férias todo ano? __2__ b) Sim, me adaptando às exigências do serviço, sem tirar quando quero.
__3__ c) Não, a necessidade do serviço impede tirar as férias regulamentares.
16. Há quanto tempo trabalha nesta escola? _____ anos e, ou _____ meses
17. Qual é a sua jornada semanal de trabalho em _____ horas/semanais
horas, como professor?

SEÇÃO C – OPINIÕES SOBRE O TRABALHO

18. Acha o trabalho o período mais importante do seu dia? SIM __1__ NÃO __2__ NÃO SEI __3__
19. Mantidas as condições atuais de trabalho, acha que poderá continuar trabalhando sem muitas dificuldades por muitos anos? SIM __1__ NÃO __2__ NÃO SEI __3__

POR FAVOR, A SEGUIR MARQUE COM UM X O GRAU DE SATISFAÇÃO EM RELAÇÃO A:

(16 questões sobre satisfação no trabalho: 20 a 35)

	Grande	Regular	Pequeno	Quase nenhum
20. Retribuição (salário, vale-compra...)	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
21. Ambiente físico (prédio, móveis etc)	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
22. Relações interpessoais	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
23. Possibilidade de fazer carreira	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
24. Melhorar a capacidade profissional	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
25. Autonomia para tomar decisões	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
26. Interesse e variedade das atividades	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
27. Horário de trabalho	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1

POR FAVOR, A SEGUIR MARQUE COM X SUA OPINIÃO SOBRE OS ASPECTOS DE SEU TRABALHO:

	Muito	Moderadamente	Pouco	Quase nada
28. Considera seu trabalho fisicamente cansativo?	<input type="checkbox"/> a 1	<input type="checkbox"/> b 2	<input type="checkbox"/> c 3	<input type="checkbox"/> d 4
29. Considera seu trabalho pesado do ponto de vista mental/emocional?	<input type="checkbox"/> a 1	<input type="checkbox"/> b 2	<input type="checkbox"/> c 3	<input type="checkbox"/> d 4
30. Considera seu trabalho útil para a sociedade?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
31. Considera seu trabalho interessante?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
32. Considera seu trabalho adequado à sua capacidade e potencialidade?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
33. Você está satisfeito com seu trabalho?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
34. Em seu ambiente de trabalho, suas qualidades profissionais são utilizadas e, ou valorizadas:	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1

35. Você considera o nível ou grau de colaboração entre seus colegas de trabalho é

- _____ a) Muito bom
 _____ b) Bom
 _____ c) Regular
 _____ d) Ruim
 _____ e) Muito ruim

SEÇÃO D – QUESTÕES DO MODELO DE KARASEK

POR FAVOR, A SEGUIR FAÇA UM X NO QUADRADINHO CORRESPONDENTE A SUA OPINIÃO SOBRE FREQUÊNCIA COM QUE ALGUMAS COISAS ACONTECEM NO SEU TRABALHO.

	Frequen- temente	Às vezes	Raramente	Nunca ou quase nunca
36. Com que frequência você tem de fazer suas tarefas de trabalho com muita rapidez?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
37. Com que frequência tem que trabalhar intensamente (produzir muito em pouco tempo)?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
38. Seu trabalho exige demais de você?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
39. Você tem tempo suficiente para cumprir todas as tarefas do seu trabalho?	<input type="checkbox"/> a 1	<input type="checkbox"/> b 2	<input type="checkbox"/> c 3	<input type="checkbox"/> d 4
40. O seu trabalho costuma apresentar exigências contraditórias ou discordantes?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
41. Você tem possibilidades de aprender coisas novas no seu trabalho?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
42. Seu trabalho exige muita habilidade ou conhecimentos especializados?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
43. Seu trabalho exige que você tome iniciativas?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
44. No seu trabalho você tem que repetir muitas vezes a mesma tarefa?	<input type="checkbox"/> a 1	<input type="checkbox"/> b 2	<input type="checkbox"/> c 3	<input type="checkbox"/> d 4
45. Você pode escolher como fazer o seu trabalho?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
46. Você pode escolher o que fazer no seu trabalho?	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1

	Concordo totalmente	Concordo mais que discordo	Discordo mais que concordo	Discordo totalmente
47. Existe um ambiente calmo e agradável onde trabalho.	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
48. No trabalho nós relacionamos bem uns com os outros.	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
49. Eu posso contar com o apoio dos meus colegas de trabalho.	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
50. Se eu não estiver num bom dia meus colegas compreendem.	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
51. No trabalho me relaciono bem com os meus chefes.	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1
52. Gosto de trabalhar com meus colegas	<input type="checkbox"/> a 4	<input type="checkbox"/> b 3	<input type="checkbox"/> c 2	<input type="checkbox"/> d 1

SEÇÃO E - QUEIXAS DE SAÚDE

(SRQ-20)

Por favor, coloque um X no quadrado correspondente às queixas / problemas de saúde que você tem apresentado nos últimos 30 dias (ÚLTIMO MÊS) SIM=1; NÃO=0

53. Tem dores de cabeça frequentes?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
54. Tem falta de apetite?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
55. Dorme mal?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
56. Assusta-se com facilidade?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
57. Tem tremores de mãos?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
58. Sente-se nervoso(a), tenso(a) ou preocupado?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
59. Tem má digestão?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
60. Tem dificuldade de pensar com clareza?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
61. Tem se sentido triste ultimamente?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
62. Tem chorado mais do que de costume?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
63. Encontra dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
64. Tem dificuldades para tomar decisões?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
65. Tem dificuldades no serviço (seu trabalho é penoso, causa sofrimento)?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
66. É incapaz de desempenhar um papel útil em sua vida?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
67. Tem perdido o interesse pelas coisas?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
68. Você se sente uma pessoa inútil, sem préstimo?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
69. Tem tido a idéia de acabar com a vida?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
70. Sente-se cansado(a) o tempo todo?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
71. Tem sensações desagradáveis no estômago?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
72. Você se cansa com facilidade?	<input type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO

73. Você acha que as queixas ou problemas que assinalou SIM NAS PERGUNTAS 53 a 72 têm relação com o trabalho?

- ___ 4 ___ a) Muita relação
 ___ 3 ___ b) relação regular
 ___ 2 ___ c) Pouca relação
 ___ 1 ___ d) Quase nada / nada
 ___ 9 ___ e) Não sei

**POR FAVOR, CONFIRA SE RESPONDEU TODAS AS PERGUNTAS.
 MUITO OBRIGADA.**